



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

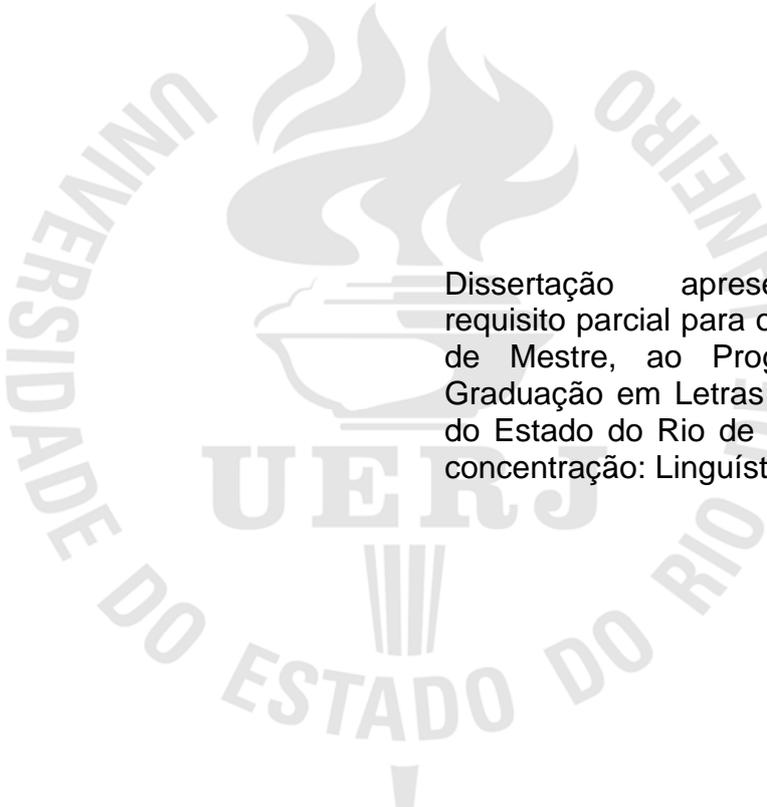
Luciana Maria Godoy Webler Weyne

**Pronunciamento presidencial no contexto das manifestações
populares de 2013: discurso e produção de notícia no plano
internacional**

Rio de Janeiro
2016

Luciana Maria Godoy Webler Weyne

**Pronunciamento presidencial no contexto das manifestações populares de
2013: discurso e produção de notícia no plano internacional**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística

Orientador: Prof. Dr. Bruno Deusdará

Coorientadora: Prof^a. Dra. Poliana Arantes

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

W549 Weyne, Luciana Maria Godoy Webler .
Pronunciamento presidencial no contexto das manifestações populares de 2013: discurso e produção de notícia no plano internacional / Luciana Maria Godoy Webler Weyne. – 2016.
89 f.: il.

Orientador: Bruno Deusdará.
Coorientadora: Poliana Arantes.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Notícias internacionais – Teses. 3. Manifestações públicas - Teses. 4. Discursos brasileiros – Teses. 5. The New York Times (Jornal) – Teses. I. Deusdará, Bruno. II. Arantes, Poliana Coeli Costa. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. IV. Título.

CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Luciana Maria Godoy Webler Weyne

**Pronunciamento presidencial no contexto das manifestações populares de
2013: discurso e produção de notícia no plano internacional**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 30 de agosto de 2016.

Coorientadora:

Prof^a. Dra. Poliana Arantes

Instituto de Letras - UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bruno Deusdará (Orientador)

Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Phellipe Marcel

Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Silmara Dela da Silva

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2016

AGRADECIMENTOS

Após concluir essa longa e árdua jornada, agradeço primeiramente a Deus, que na sua infinita bondade me permitiu esta caminhada acadêmica e me deu forças para seguir em frente.

A minha família, meu alicerce maior, que com carinho e paciência me ajudou a chegar até aqui. A minha amada mãe Bete, obrigada por ser minha inspiração de luta e exemplo de mulher. Aos meus irmãos Maurinho e Monique, obrigada pelos momentos de risada e pela compreensão por todas as vezes em que estive ausente. Ao meu querido Dan, por me inspirar academicamente e ser o melhor companheiro que poderia ter nesta jornada. Obrigada pelo amor, paciência e parceria!

Um agradecimento especial aos meus orientadores, Bruno e Poliana, que acreditaram em mim, não me deixaram desistir e, paciente e brilhantemente, iluminaram meu percurso na Uerj.

Aos meus avós, Waldo e Alba, meus eternos exemplos de luta. Vocês fazem muita falta, mas sei que de alguma forma estiveram comigo neste percurso. Ao meu avô Waldo, obrigada por me ensinar a gostar de estudar, de pesquisar e me ensinar a duvidar das coisas que ouvia/lia no jornal.

RESUMO

WEYNE, Luciana. *Pronunciamento presidencial no contexto das manifestações populares de 2013: discurso e produção de notícia no plano internacional*. 2016. 89f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a construção da notícia e de que formas ela constitui uma forma de intervenção no mundo, criando uma certa versão dele. O referencial teórico utilizado foi a Análise do Discurso proposta por Maingueneau, tomando uma perspectiva pragmática do discurso, concebido como prática discursiva e ato de linguagem. Para compreender como o jornalismo institui realidades, utilizou-se como temática nesta pesquisa o contexto das manifestações populares brasileiras realizadas em junho de 2013. Adotando a cartografia proposta por Deleuze e Guattari como método de pesquisa, foram analisados os sentidos instituídos no pronunciamento oficial da presidente Dilma Rousseff sobre os protestos. Em seguida, avaliou-se de que forma o jornal *The New York Times* construiu esses mesmos protestos em duas reportagens e retomou os dizeres da presidente, territorializando-os no plano internacional.

Palavras-chave: Análise do discurso. Brasil. Manifestações. Imprensa internacional.

ABSTRACT

WEYNE, Luciana. *Official pronouncements in the context of Brazil's 2013 protests: discourse and news production on the international scene*. 2016. 89f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016

This work presents a reflection of news construction and how it constitutes a way of intervening in the world, to create a certain version of it. The theoretical background uses Maingueneau's Discourse Analysis to take a pragmatic perspective on discourse, conceived as discursive practice and an act of language. To understand how journalism institutes realities, this research uses the context of popular protests in Brazil in June 2013 as a theme. The meanings created in the official presidential speech about the protests are analyzed by adopting the cartography proposed by Deleuze and Guattari as a research method. There follows an evaluation of the way in which The New York Times has constructed these same protests in two reports and recovered the president's words, territorializing them on the international stage.

Keywords: Discourse Analysis. Brazil. Protests. International Press

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------|--|----|
| Tabela 1 – | Sujeitos enunciativos na primeira pessoa do singular | 40 |
| Tabela 2 – | Sujeitos enunciativos na primeira pessoa do plural | 41 |
| Tabela 3 – | Verbos performativos | 44 |
| Tabela 4 – | Embates semânticos | 45 |
| Tabela 5 – | Designações atribuídas a “manifestantes” | 47 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------|---|----|
| Figura 1 – | Capa de <i>Época Negócios</i> intitulada “O Brasil estragou tudo?” | 11 |
| Figura 2 – | Página eletrônica NYT | 23 |
| Figura 3 – | Manchete do site de notícias G1 sobre proibição de cartazes em estádios | 78 |
| Figura 4 – | Manchete do site <i>The Washington Post</i> sobre proibição de cartazes | 78 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| | INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 | O POVO NAS RUAS: SENTIDOS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE 2013 | 16 |
| 2 | A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA | 25 |
| 2.1 | A rotina das redações e a Teoria do Newsmaking | 25 |
| 2.2 | A Análise do Discurso e a perspectiva pragmática | 28 |
| 2.3 | Os gêneros do discurso | 32 |
| 2.4 | Agenciamentos coletivos e maquínicos de enunciação | 34 |
| 3 | CONSTRUINDO SENTIDOS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES | 38 |
| 3.1 | Cenografias de um pronunciamento oficial | 39 |
| 3.2 | As marcas de pessoa e número | 40 |
| 3.3 | A releitura dos protestos na visão de um grande jornal internacional | 48 |
| 3.3.1 | <u>Análise da reportagem publicada em 21 de junho de 2013</u> | 50 |
| 3.3.2 | <u>Análise da reportagem publicada em 22 de junho de 2013</u> | 61 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| | REFERÊNCIAS | 80 |
| | ANEXO A | 82 |
| | ANEXO B | 85 |
| | ANEXO C | 87 |

INTRODUÇÃO

No ano de 2007, o Brasil foi escolhido como país sede da Copa do Mundo de 2014 e seguiu nos holofotes do cenário mundial, sendo o eleito para receber uma sequência de eventos internacionais: em 2009 foi escolhido como sede das Olimpíadas de 2016. Além disso, em 2013, o Brasil foi palco da Jornada Mundial da Juventude Católica e também realizou a Copa das Confederações. Já à época da escolha do país como sede da Copa do Mundo, diversos jornais internacionais repercutiram positivamente a nossa situação: muitas publicações destacavam o Brasil como um lugar onde a economia se tornava cada vez mais sólida enquanto Europa e Estados Unidos sofriam as consequências de uma séria crise econômica, iniciada em 2008 com a falência do banco norte-americano Lehman Brothers, comparada somente à depressão de 1929.

Nos anos de 2008 e 2009, alguns exemplos confirmavam essa onda de otimismo sobre o Brasil: reportagem do periódico espanhol *El País* tratava do assunto em reportagem cujo título era “Brasil, el gigante despierta” (Brasil, o gigante desperta)¹; já a capital fluminense foi eleita pela revista americana *Forbes* como a cidade mais feliz do mundo² (a mesma publicação apontou a presidente Dilma Rousseff em 2011 e 2012 como a terceira mulher mais poderosa do mundo e, em 2013, ela apareceu na segunda posição, atrás apenas da chanceler alemã Angela Merkel³); em 2008, o jornal americano *The New York Times* publicava reportagem cujo título “Strong Economy Propels Brazil to World Stage”⁴ (Economia forte impulsiona Brasil para o palco do mundo) também trazia imagem do Brasil como um país próspero no cenário mundial.

Entre a expectativa e a realidade destes grandes eventos, seis anos se passaram. Em 2013, às vésperas da visita do Papa Francisco para a JMJ e da Copa das Confederações, a população brasileira saiu às ruas de todo o país para protestar contra o poder público, a corrupção e a falta de serviços básicos, como veremos melhor a diante. Na ocasião dos protestos, me chamou a atenção

¹ http://elpais.com/diario/2009/11/22/eps/1258874813_850215.html

² <http://www.forbes.com/2009/09/02/worlds-happiest-cities-lifestyle-cities.html>

³ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/08/dilma-e-3a-em-ranking-das-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-1.html>

⁴ http://www.nytimes.com/2008/07/31/world/americas/31brazil.html?_r=0

particularmente uma edição da revista britânica *The Economist* e sua repercussão em jornais brasileiros. Na reportagem, publicada em setembro de 2013 – cuja imagem traz a imagem do Cristo Redentor como um foguete em queda associado ao título “Has Brazil blown it?”⁵(O Brasil estragou tudo?) – a revista tenta explicar de que forma um país que já teve 7,5% de crescimento se desenvolvia tão pouco naquele ano. Esta edição ganhou muito destaque entre os jornais brasileiros justamente pela contraposição que fazia com outra edição da mesma *The Economist*, publicada em 2009 - cujo título “Brazil takes off”⁶ (Brasil decola) se relacionava à imagem do Cristo Redentor como um foguete - que apresentava um panorama muito otimista da economia brasileira, apontando-a como um fenômeno mundial.

A imprensa brasileira repercutiu a reportagem de 2013 e a colocou em comparação com a de 2009. Na ocasião, o jornal Folha de São Paulo⁷ retomou as duas edições, destacando que não era a primeira vez que a *The Economist* criticava a economia do Brasil. A Folha lembrou ainda uma edição anterior em que a revista britânica pedia a saída do ministro da Fazenda Guido Mantega. Já a revista Época Negócios⁸, por exemplo, colocou as duas capas das edições da *The Economist* lado a lado e retomou o questionamento feito pela publicação americana: “O Brasil estragou tudo?”, como podemos observar na imagem destacada a seguir:

⁵ <http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has>

⁶ <http://www.economist.com/node/14845197>

⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1347724-brasil-estragou-tudo-questiona-revista-economist.shtml>

⁸ <http://epocanegocios.globo.com/Essa-E-Nossa/noticia/2013/09/o-brasil-estragou-tudo-questiona-capas-de-economist.html>

Figura 1 - Capa de Época Negócios intitulada “O Brasil estragou tudo?”

'O BRASIL ESTRAGOU TUDO?', QUESTIONA CAPA DE ECONOMIST

PUBLICAÇÃO BRITÂNICA FEZ UMA BRINCADEIRA COM CAPA DE 2009, EM QUE O CRISTO REDENTOR APARECIA 'DECOLANDO'. NA NOVA EDIÇÃO, O MONUMENTO APARECE CAINDO DOS CÉUS



Foi a partir desta repercussão que comecei, como jornalista, a olhar de forma mais atenta para a importância que a imprensa brasileira costuma dar ao que se publica em grandes jornais e revistas estrangeiros. Observe-se que, nos exemplos mencionados anteriormente, o que se noticia não são exatamente os eventos, mas é a própria repercussão que tiveram na imprensa internacional.

Segundo Molina (2007), grandes publicações internacionais, além de influenciar na agenda de debates, são fontes de pautas para outros jornais, revistas, e também para veículos audiovisuais, como rádio e televisão. Tal perspectiva faz mesmo parte das redações brasileiras. Em minha experiência particular como jornalista, tanto na Rádio CBN quanto no canal de notícias GloboNews, quando uma notícia considerada importante é divulgada no Brasil⁹, é comum que se faça uma “ronda” para saber o que os jornais internacionais estão dizendo sobre nosso país. Da mesma forma que, quando um grande veículo estrangeiro publica uma reportagem sobre o Brasil, a imprensa brasileira provavelmente vai repercuti-la (como ocorreu com as capas da *The Economist*).

Essa dinâmica (assim como tantas outras) parece tão natural no dia a dia do profissional de comunicação que me fez parar para pensar em suas implicações. Por que importa saber o que outros países estão falando sobre nós? Por que os jornais

⁹ Em maio de 2016, por exemplo, quando a presidente Dilma Rousseff foi afastada de seu cargo por decisão do Senado, a imprensa brasileira publicou a repercussão internacional que este fato teve em diversos países. O site de notícias G1 foi um deles, como pode se verificar em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/imprensa-internacional-destaca-afastamento-de-dilma-rousseff.html>

estrangeiros pautam os brasileiros e vice-versa? Que sentidos a imprensa nacional constrói a partir da releitura de reportagens estrangeiras? Será que são apenas os indicadores financeiros que fazem uma economia “decolar” ou “explodir”, ou são os sentidos construídos pela imprensa que trazem essa noção de sucesso ou fracasso? Esses questionamentos me levaram, por fim, a pensar além da própria dinâmica imprensa brasileira x internacional, mas em como se dá a construção da própria notícia e dos sentidos que vão circular pela imprensa. Os fatos são tão fatos assim, indubitáveis, prontos para serem relatados, ou são construídos, lapidados por diversos sujeitos em embate?

Diante destes questionamentos que empreendemos, este trabalho é, portanto, uma reflexão sobre o fazer jornalístico, e propõe um exercício de pensar a construção da notícia com um olhar multifacetado, rizomático, segundo a perspectiva de Deleuze e Guattari (1995). Na rotina do jornalismo, tão sufocada pelo *deadline* e pela velocidade da transmissão de informações em tempo real, quase não há tempo para a pausa, para a reflexão. O “faro” do jornalista para o que é ou não notícia, para apurar os fatos, empacotar e mandar a informação segue uma frequência industrial bastante naturalizada. Cria-se a ilusão de que o contato do jornalista pudesse se dar diretamente com um determinado evento, apagando-se o aprendizado de um ofício, que advém igualmente da incorporação das possibilidades de repercussão, da inserção nessa rede de muitos outros textos.

Com o tempo e a prática, aprende-se, na virtualidade de uma vasta rede de textos possíveis, o que é recortável como uma notícia de interesse local ou nacional, aprende-se, como atividade antecipável e reiterável, qual a linha editorial do veículo para o qual se trabalha e o profissional se inscreve nela de forma quase natural e quase automática. O processo, sob a máscara da rotina, parece simples: o repórter chega à redação, produtores e chefia escolhem as pautas que ele irá cobrir, o profissional vai para a rua encontrar-se com os fatos e apurá-los para, então, transmiti-los ao público. Mas esses processos não são tão naturais assim. Por trás de cada notícia veiculada há escolhas, filtros, informações que serão veiculadas de um jeito e não de outro, atores que ficarão de fora, sentidos que serão silenciados. Isso nos leva a pensar que não há uma realidade primeira, estática, esperando para ser relatada por um jornal. Há, antes de tudo, sujeitos em embate, múltiplos sentidos possíveis e escolhas que são feitas de forma dinâmica e complexa.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma o jornalismo produz eventos na notícia através da linguagem, refutando a ideia de que existe um fato único, *a priori*, que pode ser relatado de diferentes formas. Além disso, a presente pesquisa pretende contribuir para qualificar o trabalho do jornalista a partir da problematização das fronteiras entre eventos empíricos e a produção verbal. Pretendemos refletir como o trabalho desse profissional vai além do encontro de corpos, ultrapassando agenciamentos maquínicos. O fazer jornalístico se dá também pelos encontros entre corpos e palavras, entre atos e enunciações, produzindo dizeres que criam realidades, desterritorializando e reterritorializando sentidos. Enunciar é produzir sentidos em determinados contextos linguísticos, em um determinado tempo e espaço. O ato de produzir textos jornalísticos sobre um outro país para circular em uma publicação internacional constrói fatos que passam a significar em diferentes continentes, ampliando as fronteiras espaço-temporais que colocam a notícia no plano internacional.

A partir dos objetivos e justificativas citados, este trabalho terá como perspectiva teórica a Análise de Discurso de linha francesa, que considera o discurso enquanto prática discursiva, sendo impossível dissociar aspectos textuais e sociais (MAINGUENEAU, 1997). Compreendendo a produtividade que há em explicitar os referenciais de base filosófica, também contribuem para esta perspectiva teórica os trabalhos de Deleuze e Guattari (1995) sobre a intervenção no mundo através da linguagem.

De acordo com Maingueneau (1997), toda produção textual supõe a produção de um grupo que sustenta o posicionamento configurado pelo referido texto. Assim, em toda enunciação, a emergência de um texto se dá pela configuração de coordenação de espaço-tempo e a inscrição de coenunciados, que compartilham a responsabilidade do que se sustenta. Essa contribuição teórica parece bem interessante para pensarmos no jornal como espaço enunciativo em que se constroem sentidos, onde coenunciadores compartilham uma certa visão de mundo que se configura pelo texto.

Tomar a palavra passa a ter uma dimensão institucional: o jornal inscreve sentidos para o que publica e para si mesmo. E será através da materialidade do texto que poderemos analisar que sentidos são esses que se constroem. Mecanismos linguísticos, como pronomes ou aspectos performativos de verbos, por exemplo, podem indicar como determinadas realidades são construídas e sob que

perspectivas. Língua e mundo se imbricam, se tornam indissociáveis. O mundo é criado pela e com a palavra, quebrando-se a expectativa de que há uma realidade primeira a ser capturada e relatada.

Por meio desse eixo teórico, o pronunciamento da presidente Dilma, que faz parte de nosso corpus de análise, pode ser tomado como uma forma de conhecimento do próprio processo das manifestações, já que ele é recontado e avaliado pela presidente em diversos momentos. O mesmo processo pode ser adotado na releitura desse pronunciamento e dos próprios protestos feita pelo jornal *The New York Times*. Ao retomar os dizeres da presidente, o jornal cria novos embates, constrói novos sentidos e também coloca em xeque as promessas feitas pelo poder público, como veremos mais adiante.

Para refletir sobre a dinâmica da produção de sentidos na notícia, esta pesquisa utilizará como ponto de partida não apenas a rotina das redações, a partir de minha experiência como jornalista, mas também utilizará algumas contribuições do livro *Teoria do Jornalismo*, de Felipe Pena (2005). A publicação é um bom manual que traz reflexões sobre o dia-a-dia da profissão à luz de importantes conceitos da teoria do jornalismo. Para este trabalho nos interessa, principalmente, o conceito do que é notícia e como ela se constrói. Assim, partiremos das contribuições do conceito de *newsmaking*, da teoria do jornalismo, e pretendemos ampliar o debate da construção da notícia sob a ótica da Análise do Discurso.

Na perspectiva do *newsmaking*, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. Além disso, essa visão leva em conta que as notícias são como são porque a rotina industrial de produção assim as determina. No entanto, não são apenas as condições de produção em escala industrial que delimitam a construção da notícia. Há embates e agenciamentos entre múltiplos sujeitos, entre eles a rotina de produção, mas há também outros feixes nesse rizoma, como o encontro com diferentes atores sociais, conhecimento prévio de mundo do próprio jornalista, escolhas que ele vai fazer ao relatar os fatos. Através das contribuições da Análise do Discurso (AD), pretendemos compreender como se dá o processo de produção de sentidos, através da concepção de discurso enquanto prática discursiva. Entendemos que o texto não é um espelho de uma realidade estática prévia, mas é o lugar em que os sentidos construídos se materializam. Além disso, vamos utilizar as contribuições de Maingueneau (1997) e Bakhtin (2004) sobre gêneros do discurso para analisar como os sentidos são criados a partir das características dos

gêneros pronunciamento oficial e reportagem, e verificaremos que mecanismos linguísticos são responsáveis por essa construção de fatos.

Para isso, vamos usar como método neste trabalho a cartografia, proposta por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1995). Segundo essa perspectiva, não é o objeto em si o mais importante em uma pesquisa, mas o caminho percorrido, os seus processos. Escolhemos esse percurso teórico justamente por acreditar que a produção de sentidos através da notícia (e sua própria construção) é um processo complexo, que não se limita a “contar histórias” ou a apresentar fatos. Através do método cartográfico, que tem como principal conceito a ideia de rizomas, podemos acompanhar os diversos feixes que atravessam os sujeitos envolvidos na produção da notícia, compreender suas complexidades. Segundo Aguiar (2010), a cartografia proposta por Deleuze e Guattari não busca estabelecer um caminho linear:

Por isso, uma das principais características da cartografia é a reflexão das intensidades do objeto de estudo que só são percebidas pelo sujeito na duração. Assim, é importante que o cartógrafo mostre todos os desdobramentos que foram realizados na pesquisa, todos os passos que foram dados, que tenha em mente que o meio, na cartografia, é o que explica os caminhos escolhidos durante o processo de produção de conhecimento. (AGUIAR, 2010, p.10)

Com essa perspectiva cartográfica, assim será construído o mapa desta pesquisa. Primeiro, antes de percorrer o caminho da análise dos textos que compõem nosso corpus, faremos uma breve retomada do contexto sócio-político em que se situam os protestos de 2013. Em seguida, no capítulo 2, refletiremos um pouco sobre a rotina da produção da notícia, passando pela teoria do jornalismo e as contribuições que a AD pode apresentar. Por fim, no capítulo 3, procederemos às análises do corpus, seguindo com algumas conclusões no capítulo 4. Os textos analisados neste trabalho estão disponíveis nos anexos.

1 O POVO NAS RUAS: SENTIDOS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

“Não é só por 20 centavos!” Entre os diversos lemas reivindicados pelas manifestações de rua ao longo do ano de 2013 no Brasil, esse ganhou forte repercussão em cartazes, faixas e também nas redes sociais. A negação que abre o referido lema sugere uma polêmica com um enunciado afirmativo correspondente: “é só por 20 centavos”. Associando ao elemento “só” a “20 centavos”, este ponto de vista confrontado pelo lema amplamente divulgado parece sustentar certo tom de desprezo em relação à pauta das manifestações, procurando circunscrevê-la em uma dimensão estritamente econômica.

Em diversas reproduções do referido lema, observou-se a presença de um outro enunciado: “Não é só por 20 centavos! É por direitos”. Em contraposição à pretensa desqualificação do caráter econômico, a afirmação “é por direitos” sugere o caráter político e simultaneamente marca na expressão do plural a diversidade de direitos em reivindicação.

Com efeito, a referência aos “20 centavos” menciona a centralidade inicial do tema da mobilidade urbana e sua associação ao reajuste das passagens. No entanto, como anuncia o plural em “direitos”, as reivindicações se multiplicaram, incluindo também demandas por melhorias em saúde e educação. A exigência de melhor gestão dos gastos públicos também foi tema do clamor das ruas, tendo em vista a verba alta que os governos gastaram em preparação para a Copa do Mundo. Na ocasião dos protestos, o site de notícias BBC Brasil¹⁰ trouxe os cálculos dos gastos públicos envolvendo o evento esportivo. Cerca de um terço do valor das obras para a Copa (R\$ 8,7 bilhões) foi financiado por bancos públicos, como Caixa Econômica Federal, BNDES e BNB. Além disso, os estádios contaram com isenções fiscais concedidas pelo governo dentro do programa Recopa. Diante desse panorama, milhares de manifestantes saíram às ruas de todo o país no mês de junho de 2013. A insatisfação popular com a gestão pública que veio à tona na forma de protestos começou com o estopim provocado pelo aumento das tarifas de ônibus de grandes capitais, como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. O aumento de 20 centavos no preço das passagens, que oneraria ainda mais o

¹⁰ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru

trabalhador brasileiro, somou-se ainda a queixas sobre a má qualidade do serviço prestado pelas empresas de transporte. A centralidade inicial do tema da mobilidade urbana atribuiu destaque grupos que se debruçaram mais especificamente sobre a questão, com especial destaque para o Movimento Passe Livre, que organizou a maioria dos primeiros protestos, como os realizados no Rio e em São Paulo no início de junho.

Em meados daquele mês, os atos começaram a ganhar uma nova dimensão. No dia 13 de junho, quando cinco mil manifestantes tomaram o Centro de São Paulo, a violência policial entrava em cena enquanto a prefeitura reiterava que não voltaria atrás sobre o reajuste das passagens. Naquela noite, além de usar bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo contra manifestantes, que usavam máscaras e narizes de palhaço, a polícia também teve a imprensa como alvo.

Sete jornalistas apenas do jornal Folha de São Paulo foram agredidos, uma repórter inclusive ferida no olho por uma bala de borracha. Segundo o jornal, todos os repórteres agredidos estavam devidamente identificados como membros da imprensa e, ainda assim, foram atacados pela polícia.¹¹ Segundo a Abraji¹² (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), foram registrados 102 casos de agressão a jornalistas durante a cobertura das manifestações de 2013, tanto por parte de manifestantes, quanto por parte da polícia. Outros profissionais chegaram a ser detidos e levados para delegacias durante os protestos. O fato chamou a atenção de diversas entidades de defesa dos Direitos Humanos, como a Anistia Internacional, que condenou a ação da Polícia Militar. Se a brutalidade policial parecia ser uma tentativa de conter os protestos, acabou sendo o estopim para levar mais pessoas às ruas.

Em reportagem publicada em 31/07/13, a revista Carta Capital firmou ainda que outra resposta à violência do estado foi a disseminação da tática conhecida como *Black Bloc*, com estratégias de defesa contra a agressão policial e com ataques a símbolos do estado e do capitalismo:

“Como na maioria das cidades esse crescimento veio pela solidariedade popular pós-repressão, é coerente afirmar que a violência policial foi o fermento da indignação que levou a população às ruas no auge das

¹¹ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294799-em-protesto-seis-reporteres-da-folha-sao-atingidos-2-levam-tiro-no-rosto.shtml>

¹² <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-28/abraji-registra-102-casos-de-agressao-jornalistas-durante-cobertura-das-manifestacoes>

jornadas de junho; e serviu como justificativa moral, segundo seus defensores, para a disseminação descentralizada da tática Black Bloc”.¹³

A partir de então, os protestos não se limitaram apenas a São Paulo. No dia 17 de junho, mais de 270 mil pessoas protestaram em cerca de 30 cidades¹⁴. Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Vitória, Maceió, Salvador, Belém, Curitiba e Recife são alguns exemplos da amplitude que o movimento ganhou.

Se, de um lado, a bandeira dos manifestantes expunha a rejeição ao aumento das tarifas de ônibus, do outro lado surgiram dezenas de outras reivindicações. E o contexto histórico que o país vivia era mais do que oportuno para chamar a atenção do mundo: a Copa das Confederações, realizada em seis grandes capitais entre 15 e 30 de junho. O evento-teste para a Copa do Mundo de 2014 acabou sendo o pano de fundo e o pretexto ideal para a revolta popular. Agora, além das tarifas de transporte, a má qualidade da educação e da saúde, os serviços públicos, os altos impostos, a corrupção política e os gastos elevados com a realização dos eventos esportivos formaram o escopo das reivindicações. Os partidos políticos e a grande imprensa também foram alvo de insatisfação. Bandeiras de partidos foram queimadas e os militantes eram vaiados. A insatisfação com a estrutura política brasileira se manifestou na rejeição aos partidos e diversos cartazes pediam a reforma política no Brasil.¹⁵ A grande mídia também foi alvo de protestos. Carros de grandes corporações midiáticas foram queimados e cartazes com mensagens de repúdio também tomaram as ruas. Esse embate parece ter ficado ainda mais acirrado na medida em que reportagens veiculadas por grandes jornais e pela TV chamavam os manifestantes de “vândalos” ou “baderneiros”.¹⁶

No dia seguinte ao grande protesto, em 18 de junho, em explícito diálogo com os textos produzidos nas ruas, as autoridades instituídas vão a público realizar pronunciamentos, numa aparente ação articulada entre prefeitos e a presidente da República. Dilma Rousseff afirmou em pronunciamento no Palácio do Planalto que o governo “ouve as vozes pela mudança”. Já o prefeito de São Paulo, Fernando

¹³ <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-black-bloc-e-a-resposta-a-violencia-policial-1690.html>

¹⁴ O número de manifestantes reunidos nos protestos foi estimado por autoridades públicas locais, como a Polícia Militar, e foi divulgado pela imprensa. Neste trabalho, usamos como fonte o infográfico na forma de “linha do tempo” publicado pelo site G1, disponível no link <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>

¹⁵ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/dilma-anuncia-que-vai-pedir-plebiscito-por-reforma-politica.htm>

¹⁶ <http://oglobo.globo.com/rio/vandalos-voltam-atacar-icone-da-cidade-durante-os-protestos-10396606>

Haddad, admitiu rever a tarifa de ônibus e disse que podia “se subordinar à vontade das pessoas”. Outras quatro capitais anunciaram a redução do preço das passagens: Cuiabá, Porto Alegre, Recife e João Pessoa. No dia 19, Rio de Janeiro, São Paulo, Aracaju e Belo Horizonte também voltaram atrás e revogaram o aumento das tarifas.

No entanto, como não era só pelos 20 centavos, no dia 20, o Brasil viveu o apogeu das manifestações populares, com 1,4 milhão de pessoas em mais de 130 cidades, segundo dados oficiais das polícias militares, divulgados em grandes jornais brasileiros. Se a mobilização do povo foi grande, a violência policial também veio na mesma proporção. Os encontros dos corpos dos manifestantes e policiais se colocaram em embate, num agenciamento maquínico, físico, mas que também é coletivo, de enunciação: esse encontro de corpos é também um encontro de textos, de palavras de ordem, de provocações, de cartazes com reivindicações. E a agressão policial também era atravessada pelos dizeres da imprensa. Violência quase sempre respaldada com a justificativa de ser uma resposta a “um grupo de vândalos”, que provocou quebra-quebra pelo país, discurso esse desconhecido com os confrontos realizados pela polícia nas ruas.

A não correspondência entre as cenas que se instituem no intervalo de dois dias parece ser um indicador da complexidade desse acontecimento histórico “manifestações de junho”. Simultaneamente ao comparecimento público das autoridades instituídas, cujos pronunciamentos põem em cena um aparente diálogo entre “governantes” e “cidadãos”, nos marcos de uma interlocução republicana, o confronto/ataque entre as pessoas presentes nas manifestações e os policiais evidencia uma outra face do encontro entre “governantes” e “cidadãos”.

Cabe ressaltar que alcunhas como “vândalos” e “baderneiros” tiveram amplo uso nas vozes de autoridades policiais, governos e da grande mídia brasileira, ao se referir aos manifestantes. Em São Paulo, por exemplo, o governador Geraldo Alckmin disse que “é intolerável a ação dos baderneiros”¹⁷. Já reportagem do Jornal Hoje, da TV Globo, destacava em julho de 2013 que “Vândalos invadem manifestação pacífica no RJ a atacam a polícia”¹⁸. No entanto, este trabalho não visa a discutir o juízo de valor implicado no uso destes vocábulos, o que talvez seja

¹⁷ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-disse-ser-intoleravel-acao-de-baderneiros-durante-protestos-em-sp.html>

¹⁸ <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/07/vandalos-invadem-manifestacao-pacifica-no-rj-e-atacam-policia.html>

inspiração para uma futura pesquisa. O dia 20 de junho foi tão emblemático que fez a presidente da República ir à televisão no dia seguinte para um pronunciamento oficial. Na mensagem, Dilma prometeu um pacto com governadores para melhoria dos serviços públicos e esclareceu que o dinheiro usado para construção de estádios para a Copa do Mundo era proveniente de financiamento de bancos federais, e não de verba pública, como a destinada à saúde e à educação.

Até o final do mês, enquanto durou a Copa das Confederações, as manifestações seguiram pelas principais cidades brasileiras, embora tenham perdido força principalmente após os atos de violência praticados por alguns grupos, que tiveram grandes proporções. Diante desse contexto, não havia como o Brasil deixar de repercutir no cenário internacional. No momento em que o país sediava uma grande competição que servia de teste para a Copa do Mundo, os veículos de comunicação estrangeiros também queriam mostrar à sua audiência o que acontecia no Brasil. Os principais jornais do mundo destacavam o clima de revolta popular que se espalhou pelo país do futebol em meio à Copa das Confederações. Alguns questionavam se o Brasil seria realmente capaz de sediar o Mundial de 2014. No entanto, também ganhou destaque a situação socioeconômica de um povo que desde o fim da ditadura militar não mostrava sua cara nas ruas de forma tão expressiva.

Se o encontro de corpos nas ruas constituiu fisicamente as manifestações de 2013, os dizeres sobre esses atos também foram responsáveis por sua construção. Tomando a produção jornalística sob a ótica de Deleuze e Guattari (1995), podemos entender que falar é intervir. Desta forma, o trabalho do jornalista nada mais é que um exercício de produção de mundos e não apenas uma versão de um mundo estático. Se o texto é um ato, o mundo também é produzido por meio dele. Assim, ao relatar para outros países o que aconteceu no Brasil durante este período, os jornais estrangeiros construíram uma certa versão do que foram os protestos e do país que sediaria eventos tão importantes no cenário mundial.

Tomando como ponto de partida a reflexão que fizemos na introdução a respeito de como as notícias sobre o Brasil são produzidas no cenário internacional, escolhemos como eixo temático de pesquisa as manifestações populares que ocorreram em todo o país no inverno de 2013. Às vésperas da Copa das Confederações, a população foi às ruas reivindicar direitos sociais e se posicionar contra escândalos de corrupção envolvendo a realização dos eventos esportivos.

Diante das proporções que os atos populares tomaram, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão se posicionando sobre as manifestações. Escolhemos, então, para compor nosso *cópus*¹⁹ de análise esse pronunciamento da presidente, proferido em 21 de junho de 2013, e sua releitura em duas reportagens do jornal norte-americano The New York Times.

Ao falar sobre os protestos, a presidente os reconstrói através do discurso. Já as notícias de jornal, ao recuperarem os dizeres da presidente, trarão novos sentidos a estes, criando também uma certa visão das manifestações. Essa dinâmica de análise foi escolhida porque contribui para a compreensão de como as notícias veiculadas na imprensa internacional (re)constroem os eventos, promovendo um recorte na massa de textos, circunscrevendo-os a certos embates, elaborando um posicionamento, ocupando um espaço discursivo internacional. Tendo decidido trabalhar com a releitura do NYT sobre o pronunciamento de Dilma, fomos buscar na internet material para compor nosso *cópus* de análise. Assim, procedemos a uma busca através da ferramenta Google com a frase: “brazil president speech protests 21/06/13 ny times”. O primeiro resultado encontrado foi a reportagem publicada no dia 22/06/13, dia seguinte do pronunciamento oficial. Logo no primeiro parágrafo do texto, percebemos que havia um *hiperlink* que redirecionava o leitor para uma reportagem publicada no próprio dia 21/06, logo após o pronunciamento. Percebendo que uma era uma ampliação da outra, optamos por inserir ambas em nosso *cópus* de análise para verificar como os sentidos construídos se ampliavam, reformulavam, reiteravam.

A jornalista Camila Nóbrega, em artigo publicado no blog do coletivo *Intervozes*, no site da revista *Carta Capital* em abril de 2016, faz uma análise de como a imprensa internacional vem cobrindo a crise política e o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff de forma mais abrangente que a mídia brasileira. Apesar de o tema da análise ser outro, podemos trazer a reflexão da autoria para este trabalho. Nóbrega (2016) afirma que um dos fatores que ajudam um correspondente internacional a trazer um relato mais abrangente é o fato de que é sempre mais fácil falar do que é alheio: “É natural que a mídia local tenha mais dificuldades de falar de problemas do próprio território. Com menos relações diretas com poderes locais, às mídias estrangeiras sobra mais liberdade”. Ampliamos a

¹⁹ Considerando a frequente utilização da palavra nos estudos da linguagem, optei pela grafia portuguesa *cópus* (sing. e pl.), evitando-se assim as formas latinas *corpus* (sing.) e *corpora* (pl.).

reflexão de Nóbrega para o entendimento discursivo de que as mídias estrangeiras, por terem menos relações com poderes locais, apresentam menor grau de inscrição em polêmicas e embates locais. Além disso, os grandes veículos de comunicação brasileiros estão concentrados nas mãos de poucas famílias e que, geralmente, estão afinadas em promover um certo tom político conservador, problematizando pouco determinados contextos, como as manifestações de 2013. Foi justamente por perceber que os jornais estrangeiros estavam fazendo uma cobertura mais ampla que os nacionais, construindo embates e dimensionando de forma mais ampliada os protestos de 2013 que optamos por analisar reportagens de um grande veículo internacional.

O jornal *The New York Times* foi escolhido por ter grande influência não só nos Estados Unidos, mas no mundo todo. A publicação é escrita em língua inglesa, considerada por muitos um padrão internacional de comunicação devido ao poder econômico que os Estados Unidos exercem, facilitando o alcance e divulgação do jornal. Fundada em 1851, a publicação apresenta uma versão internacional e sua versão digital atingiu em 2015 a marca de mais de um milhão de assinantes²⁰. Molina (2007, p. 21) lembra que “a internet proporciona uma extraordinária vantagem aos jornais em inglês e em espanhol, dada a difusão mundial dessas línguas. Têm um mercado natural além das fronteiras dos países em que são editados”.

Lima e Filho (2012) destacam que Molina (2007) inclui o jornal entre os dez mais influentes e relevantes do mundo:

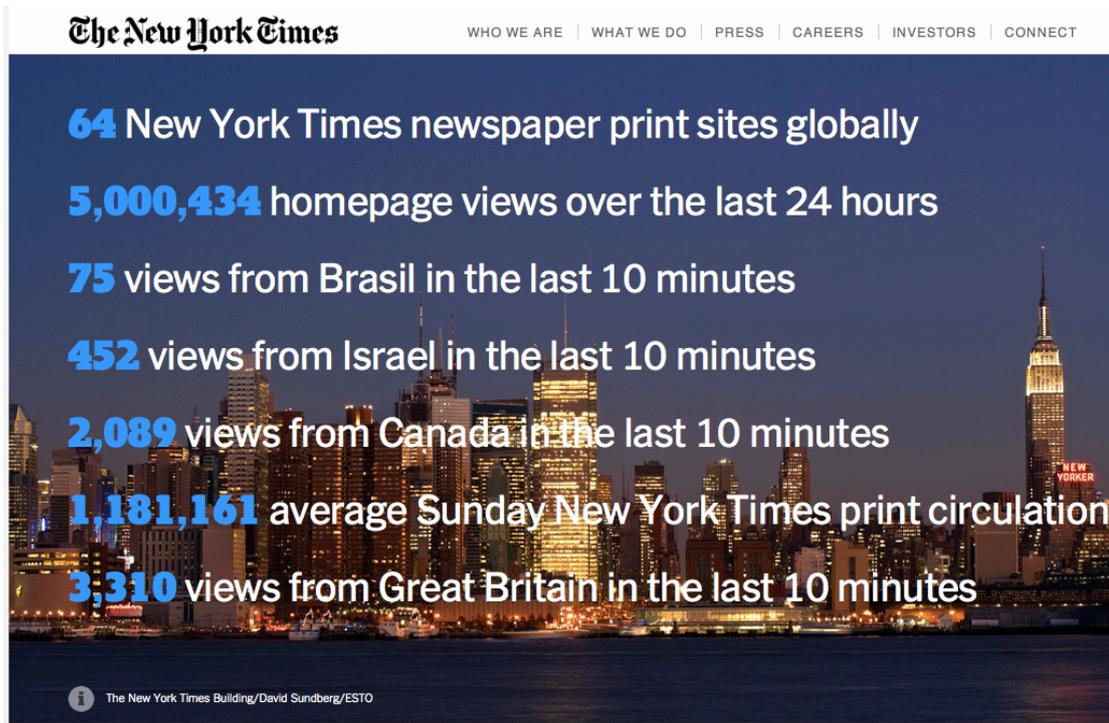
Dos grandes jornais do mundo foram incluídos quatro dos Estados Unidos (The New York Times, The Wall Street Journal, The Washington Post e Los Angeles Times), um do Canadá (The Globe and Mail), três ingleses (Financial Times, The Guardian e The Times), dois franceses (Le Monde e Le Figaro), dois alemães (Frankfurter Allgemeine Zeitung e Süddeutsche Zeitung), um suíço (Neue Zürcher Zeitung) um italiano (Corriere della Sera), um espanhol (El País) e dois japoneses (Asahi Shimbun e Nihon Keizai Shimbun). (MOLINA, 2007, p. 10)

Os autores também lembram que *The New York Times* “atinge um público que está espalhado no mundo inteiro. Ademais, esse jornal é o de maior circulação e o que também exerce maior influência sobre a opinião pública de seu país, sendo que o maior destaque de sua relevância vem do fato de ser lido pela elite e pelos ocupantes de altos cargos públicos, cuja opinião ajuda a formar” (Lima e Filho, 2012,

²⁰ Dados disponíveis em <http://www.nytc.com/who-we-are/culture/our-history/>

p.9-10). Na própria página em que o NYT fala sobre si mesmo, há uma atualização em tempo real de alguns números da publicação²¹:

Figura 2 – Página eletrônica NYT



Segundo dados em tempo real, obtidos na madrugada do dia 12/08/16, a página do NYT na internet teve mais de 5 milhões de visualizações em 24 horas, 75 visualizações do Brasil nos últimos 10 minutos e a média de circulação da edição dominical é de mais de 1,1 milhão de cópias impressas. A página do NYT *online* que traz esses números se atualiza a cada minuto e traz dados de vários países, contribuindo para reforçar ainda mais sua amplitude e importância no cenário mundial.

Se relatar o que seriam fatos é na verdade produzir esses mesmos fatos, reproduzir trechos da fala de outro é também dizê-los. Se os brasileiros acompanharam o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff no dia 21 de junho, os ouvidos do mundo também ficaram sabendo do que foi dito. Mas que sentidos se estabelecem quando esse dito é contado pelo viés de um jornal? Que trechos ganharam maior destaque em detrimento de outros e por quê? Como o pronunciamento da presidente sobre as manifestações pode ser também uma forma de conhecimento sobre os próprios protestos? Antes de analisar os textos que

²¹ Disponível em <http://www.nytc.com>, acessado em 12/08/16.

compõem nosso corpus, vamos fazer uma breve reflexão sobre a construção da notícia no jornalismo e sobre as contribuições da Análise do Discurso.

2 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Passaremos neste capítulo à apresentação de algumas reflexões prático-teóricas sobre o processo de construção de fatos na notícia. Na concepção do jornalista - que está sempre imerso a eventos e, muitas vezes, está cercado por condições de produção de trabalho limitadas por *deadlines* apertados e pela pressão da produzir conteúdo em tempo real - enunciar parece tão natural.

Diante do encontro físico com a pauta, atravessados por agenciamentos maquínicos (DELEUZE; GUATTARI, 1995) diante de eventos, como uma manifestação, pode parecer óbvio que a notícia seja o que está diante de seus próprios olhos: pessoas reunidas, cartazes em punho, gritos na ponta da língua, bombas no ar, policiais de cassetete na mão. No entanto, apurar a notícia também implica em ser atravessado por agenciamentos coletivos (DELEUZE; GUATTARI, 1995), em encontros com a fala do outro: encontro com a pergunta que se faz à fonte, ao manifestante, ao policial, à autoridade, ao especialista da universidade que analisa os fatos que se desenrolam, encontro com os textos escritos nos cartazes e que saem da boca do povo. Todos esses dizeres compõem um rizoma cercado de tantos sentidos diversos, agenciando o repórter e seus dizeres de tantas formas. Tudo o que se escolhe para entrar na reportagem, tudo o que se silencia faz parte de escolhas que não são tão óbvias e naturais como o dia-a-dia da profissão e a linha editorial do jornal parecem tentar normatizar.

2.1 A rotina das redações e a Teoria do *Newsmaking*

Se, ao enunciar produzimos sentidos, as notícias de jornal não podem ser compreendidas como meros reprodutores de uma realidade *a priori*, de um mundo prévio que é apenas “contado” ao leitor. Ao tomar a palavra, inscrevem-se coordenadas de tempo e espaço, a partir das quais se torna possível falar de algo e igualmente se delinea um enunciador que reivindica legitimidade para tal ato. Inevitavelmente, enunciar, antes mesmo de expor conteúdos sobre os quais se fala, supõe a organização de um mundo a partir do qual se torna legítimo dizer algo.

Dessa forma, o entendimento de que estes instrumentos jornalísticos são construtores de realidades, sob variados aspectos, quebra o paradigma de que existe um mundo estático a ser apreendido e decodificado, uma realidade a ser transcrita por meio da linguagem. Além disso, ao tomar a palavra, o jornalismo se institui como lugar legítimo para comunicar fatos ao público. Ao pensarmos na imprensa internacional, esses veículos de comunicação se legitimam diante de diferentes nações e culturas.

No fazer jornalístico, circula a noção prática da apuração de fatos, numa tentativa de “revelar” ao público a verdade sobre determinado assunto. Ao sair da redação rumo a uma pauta, o jornalista deve, em primeiro lugar, apurar a notícia para então confeccionar a reportagem. E, para apurar, checar o que aconteceu em determinada circunstância, o jornalista vai partir inicialmente para o contato com o outro: vai conversar com as pessoas que estão no local, tentar entender o que acontece. É deste embate do profissional com suas fontes e, posteriormente com seus editores, que emanam os sentidos que serão publicados. Se esses diversos agenciamentos de enunciação que se constituem no encontro com diversos sujeitos constroem os sentidos de uma reportagem, seria um pouco ingênuo pensar que “os fatos falam por si” ou pensar em uma abordagem meramente empírica da notícia. Outra noção prática do fazer jornalístico que ilustra essa complexidade é a ideia de que um fato bem apurado deve ser contado sob diferentes perspectivas, mostrando todos os lados envolvidos em uma história.

Podemos tomar como exemplo a notícia sobre uma explosão em um conjunto habitacional ocorrido em abril de 2016, em que cinco pessoas morreram e outras nove ficaram feridas.²² Ao chegar ao local, o repórter conversa com moradores, que relatam ter sentido um forte cheiro de gás há dias e teriam notificado a CEG (Companhia Estadual de Gás), que fornece o serviço na cidade do Rio de Janeiro. Daí surgem as indagações: teria sido um outro vazamento? Foi imprudência da empresa? Após ouvir os moradores, o repórter (ou a equipe de produção que dá apoio, de dentro da redação, a quem está nas ruas) ouve as fontes oficiais: a Defesa Civil, que estava no local e disse que a explosão foi provocada por vazamento na tubulação da CEG, além de ouvir a própria companhia fornecedora de gás, apontada como culpada. Neste exemplo, as fontes envolvidas no processo de apuração

²² A notícia citada está disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/e-o-bom-dia-que-recebo-sobre-meus-pais-diz-filho-de-vitimas-de-explosao.html> e foi acessada em 10/07/2016.

parecem bem delimitadas: as vítimas, as autoridades e os culpados. Mas os sentidos construídos emanam justamente de todos esses coenunciadores com os quais o sujeito-repórter se depara, surgem dos diversos feixes de sentidos que se encontram.

Apurar uma notícia pode não ser tão simples assim. Entender os sentidos de um acontecimento a partir dos dizeres de outros implica lidar com informações que podem não ser verdadeiras, que podem envolver conflitos de interesses, ou seja, implica construir sentidos a partir de sentidos que circulam através de diversos sujeitos, incluindo o próprio jornalista. Em seu livro sobre a Teoria do Jornalismo, que tomaremos aqui como manual, Pena reflete sobre essa complexidade: “não é difícil perceber que nenhum relato é imediato. Há diversos níveis de mediação. E no decorrer desse processo, os próprios jornalistas tornam-se fontes, pois fazem relatos para os outros produtores da notícia em escala industrial” (PENA, 2005, p.60). Essas reflexões podem ajudar a ilustrar como a construção da notícia envolve muito mais do que um encontro linear entre o repórter e um fato a ser publicado.

Outra contribuição que o manual traz e que permeia o jargão jornalístico é a objetividade. Pena (2005, p.50) problematiza essa noção lembrando que é um erro definir objetividade em oposição à subjetividade, uma vez que os fatos são construídos de forma complexa e é preciso criar um método que assegure algum rigor científico ao reportá-los. Além disso, o conceito de objetividade é estruturante da Teoria do Espelho, segundo a qual o jornalismo reflete a realidade. Essa noção ainda encontra adeptos nas redações porque “ela dá credibilidade e legitimidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos” (PENA, 2005, p. 126). Antes de partirmos para o enfoque discursivo que refuta essa noção de objetividade, pretendemos compreender como é impossível existir objetividade a partir das próprias práticas jornalísticas.

Ainda tomando como referência o manual Teoria do Jornalismo, vamos refletir sobre o que é notícia. Dentre todos os eventos empíricos que transcorrem em um dia, é preciso escolher o que vai ou não virar notícia. Para isso, as redações e seus profissionais vão recorrer a determinados critérios, chamados de valores-notícia: “são critérios e operações usados para definir quais acontecimentos são significativos e interessantes para serem transformados em notícia” (PENA, 2005, p. 131). Ou seja, para que um incêndio, por exemplo, chegue às páginas dos jornais, é

preciso que antes os editores, chefes de reportagem e repórteres tenham acionado seus dispositivos (subjetivos) e decidido que lugar (e se) esse evento terá enquanto notícia. Essa prática de definir os valores-notícia por si só já refuta o mito da objetividade, uma vez que tais critérios passam pelo filtro do sujeito.

Diante disso, ainda na teoria do jornalismo, passamos a uma outra corrente que refuta a ideia de que a notícia é um relato transparente da realidade, como se fosse um espelho: a Teoria do *Newsmaking*. A base dessa teoria é o paradigma da construção social. As notícias são como são porque a rotina industrial de produção assim as determina:

“A imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la”. “O processo de produção da notícia é planejado com uma rotina industrial (...) Portanto, embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim, a submissão a um planejamento produtivo”. (PENA, 2005, p.128-129)

De fato, o jornalista está submetido a uma infinidade de feixes que o atravessam durante o seu trabalho. Da linha editorial do veículo para o qual trabalha até sua história pessoal de vida, o profissional está carregado de valores que vão determinar o que e como será publicado. Mas, não são apenas as condições de produção em escala industrial que delimitam a construção da notícia. Há embates e agenciamentos entre múltiplos sujeitos, entre eles a rotina de produção, mas há também outros feixes nesse rizoma, como o encontro com diferentes atores sociais, conhecimento prévio de mundo do próprio jornalista, escolhas que ele vai fazer ao enunciar fatos. Desta forma, trazemos como proposta neste trabalho uma ampliação da compreensão desse complexo processo de produção de sentidos na notícia. Entendemos que a Análise do Discurso é uma ótima ferramenta para pensar nessa produção além dos embates mercadológico-sociais propostos pela Teoria do *Newsmaking*, em uma perspectiva de linguagem em ação.

2.2 A Análise do Discurso e a perspectiva pragmática

A partir das indicações anteriores a respeito do trabalho do jornalista, passamos agora à explicitação de alguns conceitos que consideramos ferramentas produtivas para a problematização proposta.

A esse respeito, iniciaremos por delimitar que o sentido da palavra “discurso” que usaremos é o adotado por Maingueneau e que Rocha retoma como “um certo modo de apreensão da linguagem que pressupõe a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados” (2014, p. 621-622). O autor também destaca a definição de discurso enquanto *prática discursiva* (Maingueneau, 1997), noção segundo a qual é impossível dissociar as faces social e textual do discurso. Maingueneau (2013) concebe, então, os sentidos de discurso sob uma perspectiva *pragmática*.

Cabe ressaltar também a polissemia desse termo. Deusdará (2013, p.342) retoma Charaudeau e Maingueneau (2004) que consideram o valor do termo *pragmática* instável e registram para ele três acepções: como subdisciplina da linguística; como corrente de estudo do discurso; e ainda, como concepção de linguagem:

A primeira acepção pode designar um componente da linguagem, ao lado do componente semântico e do sintático. Quanto ao caráter disciplinar da pragmática, Charaudeau e Maingueneau (2004) mencionam a posição daqueles que pretendem ver nela uma subdisciplina da linguística, à qual caberia a recusa da ideia de que os sentidos seriam provenientes apenas de um conteúdo linguístico, em favor de sua ancoragem no contexto. (...) Destaca-se ainda uma terceira acepção do termo, ao caracterizar uma dada concepção de linguagem que não nega sua dimensão representacional, mas acentua seu caráter de intervenção sobre o mundo. (DEUSDARÁ, 2013, p. 342)

Se pretendemos quebrar o mito estruturante da objetividade na atividade jornalística e tomar a notícia não enquanto relato de um real estático, mas enquanto meio de criação de realidades e fatos através da linguagem, nos interessa, neste trabalho, a utilização do termo *pragmática* enquanto concepção de linguagem, com caráter de intervenção no mundo. Após pontuarmos que sentidos adotamos para os termos *discurso* (concebido enquanto prática discursiva) e *pragmática*, retomamos aqui as características essenciais do discurso que Maingueneau (2013) apresenta sob uma perspectiva pragmática. Tomando como ponto de partida a ideia de que a linguagem intervém no mundo, o autor vai enumerar de que forma existe essa interação/produção entre o discurso e a realidade. Vejamos que características são colocadas:

I – O discurso é uma organização situada para além da frase

O autor destaca que os discursos são unidades que vão além da frase, o que significa dizer, em outras palavras, que a referida noção não se delimita a partir de uma quantidade de frases. O autor prefere considerar o discurso como uma produção submetida a “regras de organização vigentes em um grupo social determinado: regras que governam uma narrativa, um diálogo, uma argumentação” (MAINGUENEAU, 2013, p. 52);

II – O discurso é orientado

Segundo esta noção, o discurso se desenvolve no tempo e é orientado a alguém em algum lugar. Desse modo, as marcas dessa orientação em direção a outro se inscrevem de maneira mais ou menos explícita;

III – O discurso é uma forma de ação

Maingueneau descreve o discurso como ação, recuperando a noção de *atos de linguagem*, problematizada por autores da escola *pragmática*, como Austin e Searle. Segundo o autor, “esse atos elementares se integram em discursos de um gênero determinado, que visam produzir uma modificação nos destinatários” (2013, p. 53).

IV – O discurso é interativo

O discurso pressupõe interatividade, mas não se limita a uma troca entre dois sujeitos, por exemplo. Essa noção refuta a ideia de que há um enunciador que se dirige a um destinatário, mas existem coenunciadores, que estabelecem uma parceria no discurso. Percebemos aqui uma dimensão que nos remete ao dialogismo proposto por Bakhtin, segundo o qual os discursos são orientados em relação ao um outro. No caso do texto jornalístico, por exemplo, o espaço enunciativo permite a inscrição de uma imagem de público leitor, que interage com seu conteúdo e práticas, ainda que não fale empiricamente com os jornalistas;

V – O discurso é contextualizado

Maingueneau propõe que não é possível atribuir sentido a um enunciado fora de contexto. Além disso, o contexto não é uma moldura exterior à enunciação. “O discurso contribui para definir seu contexto, podendo modifica-lo ao longo da enunciação” (2013, p. 55);

VI – O discurso é assumido por um sujeito

Essa ideia propõe que o discurso só é possível quando um sujeito se coloca como fonte de referências pessoais e toma uma atitude em relação ao que enuncia e ao seu coenunciador;

VII – O discurso é regido por normas

Para o autor, “cada ato de linguagem implica normas particulares (...) nenhum ato de enunciação pode efetuar-se sem justificar seu direito a apresentar-se da forma como se apresenta” (2013, p. 55);

VIII – O discurso é considerado no bojo de um interdiscurso

Segundo essa perspectiva, um discurso só pode significar em relação a um universo de outros discursos. Ao tomarmos como exemplo as reportagens sobre as manifestações de 2013, por exemplo, os sentidos das ruas só significam se recuperarmos, acionarmos outros dizeres sobre o contexto político, os movimentos sociais, a dificuldade do trabalhador em pagar pelo transporte público, sobre a rua como espaço de expressão coletiva, e tantos outros dizeres que se atravessam e formam o espaço discursivo no qual faz sentido enunciar dizeres sobre os eventos de junho de 2013. Maingueneau menciona ainda que “o simples fato de classificar um discurso dentro de um gênero implica relacioná-lo ao conjunto ilimitado dos demais discursos do mesmo gênero” (2013, p.56);

Após as considerações que fizemos sobre as características do discurso em uma concepção de prática de linguagem, voltamos ao objeto de nossa pesquisa, que é a construção de sentidos por meio da notícia. Se o mito da objetividade ancora o jornalismo na função referencial da linguagem, numa tentativa de capturar uma realidade exterior, uma visão discursiva do jornalismo, ancorando-o em uma dimensão *pragmática*, nos parece bastante adequada para tentar dimensionar toda a sua complexidade. Tratamos, portanto, de compreender o texto não enquanto unidade fechada de sentidos, mas enquanto produto de interações. Segundo Deusdará (2013),

Ao ganhar materialidade, um texto não pertence a um único discurso, mas oferece pistas que remetem a posicionamentos distintos. Dessa forma, uma

questão importante para esse tipo de abordagem reside em interrogar de que modo o dito institui-se, agenciando os implícitos, os não ditos, tomando a materialidade textual como pista que permite recuperar sentidos outros, configurando posicionamentos em embate. (DEUSDARÁ, 2013, p.341)

Partindo do princípio que o discurso é ação pela linguagem, que inscreve sujeitos em contextos, de forma interativa, em determinado bojo interdiscursivo, vamos refletir um pouco sobre a sua dimensão social através do conceito de gêneros do discurso.

2.3 Os gêneros do discurso

Para compreender como se dá a multiplicidade de relações interdiscursivas, partimos da premissa proposta por Bakhtin, segundo a qual é impossível dissociar linguagem e mundo. Para o autor,

[...] a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (BAKHTIN, 2004, p. 41).

Com essa perspectiva, reforça-se a ideia de que não existem fatos que ocorrem *a priori* para, só depois, serem “representados” pela palavra. Com o viés da Análise do Discurso, acredita-se que há uma produção de um mundo que se dá simultaneamente pela realidade empírica e pela linguagem. Se Bakhtin considera esses dois planos indissociáveis, é justamente dessa abordagem que surge o conceito de gêneros do discurso, originalmente formulada pelo autor. Segundo Bakhtin, os gêneros surgem da interação. Assim, os textos apresentam características típicas de seus usos sociais. Bakhtin propõe uma divisão entre os chamados gêneros primários, mais simples, e os secundários, que seriam mais complexos e que adquirem sentidos após serem reformulados:

Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) [...]. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o

vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios [...] (BAKHTIN, 2003, p. 263).

Mainueneau (2013) reformula o conceito proposto por Bakhtin e assume os gêneros como um tipo de “ato de linguagem (como a promessa, a desculpa, o conselho, etc) com nível de complexidade superior” (2013, p. 65). Para o autor, assim como para que se realize uma promessa é preciso que haja condições de êxito, ou seja, condições para se realizar o que se promete, os gêneros do discurso também estão submetidos a determinadas regras para que haja êxito na comunicação, para que se cumpra a função social a que esses textos se propõem. Ao se definir um gênero do discurso, deve-se levar em conta os seguintes fatores: 1) finalidade reconhecida; 2) um estatuto de parceiros legítimos; 3) lugar e momento legítimos; 4) suporte material; 5) organização textual.

Importante destacar que Mainueneau (2013) vai além e estabelece uma distinção entre gêneros e tipos discursivos: “os gêneros do discurso pertencem a diversos tipos de discurso associados a vastos setores de atividade social” (pg. 61). Tomando como exemplo nosso corpus de análise, podemos dizer que o gênero *pronunciamento oficial* está inscrito no tipo *discurso político*, assim como o gênero *reportagem de jornal impresso* está inscrito no tipo *discurso jornalístico*.

Outra contribuição importante de Mainueneau (2013) é o conceito de encenação. Para o autor, os textos nada mais são que discursos em que há uma fala encenada. E para construir esta cena enunciativa é preciso que se haja um espaço estável dentro do qual os dizeres fazem sentido. Mainueneau institui três categorias que compõem a encenação discursiva: cena englobante, cena genérica e a cenografia. A primeira consiste no tipo de discurso. Tomando como exemplo o pronunciamento oficial da presidente Dilma Rousseff, que faz parte de nosso corpus de análise, a cena englobante em que o texto se situa é o discurso político. Assim como o autor admite que os tipos de discurso são abrangentes demais, fazendo-se necessária a distinção de seus diversos gêneros do discurso correspondentes, a cena englobante também abarca um escopo amplo demais, sendo preciso um nível mais específico na composição de uma encenação. Assim, a cena genérica corresponde aos gêneros do discurso, com uma delimitação mais específica. No caso de nosso corpus, a cena genérica pode ser identificada como pronunciamento oficial. Cena englobante e cena genérica constituem, juntas, o que o autor chama de quadro cênico do texto.

Se o quadro cênico é esse espaço estável por onde circulam os sentidos, Maingueneau traz ainda o conceito de cenografia:

A cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala. (MAINGUENEAU, 2013, p. 87)

Segundo essa perspectiva, existe um processo de “enlaçamento paradoxal” que se expressa no investimento cenográfico: da mesma forma que a fala supõe uma determinada situação de enunciação, essa situação é diretamente validada pela própria enunciação. Para o autor, a cenografia

legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia (...) (2013, p. 87-88).

Diante dessas considerações, podemos pensar no jornalismo enquanto espaço discursivo que dispõe de legitimidade para informar. Tomamos ainda o gênero discursivo reportagem como a materialidade onde os sentidos são produzidos no jornalismo, onde diversos sujeitos são colocados em embate. A partir das reflexões que empreendemos sobre discurso e como a produção de sentidos se dá em um nível complexo, refutando o mito da objetividade jornalística, traremos a seguir algumas contribuições do campo da filosofia através de Deleuze e Guattari (1995) .

2.4 Agenciamentos maquínicos e agenciamentos coletivos de enunciação

Ao assumirmos uma abordagem discursiva da notícia, abandonamos a ideia de que há um fato primeiro esperando para ser relatado. Ao contrário, uma visão discursiva leva em conta que há sim encontros físicos de corpos, mas que, ao serem materializados por meio da linguagem, são construídos com/por ela, são atravessados por diversos outros dizeres.

Como vimos pela perspectiva de Maingueneau, ao enunciarmos (neste caso, ao se produzir notícia), ocorre o encontro dos corpos materiais com todos os dizeres possíveis sobre eles, constituindo-se, assim, um ato de linguagem. A abordagem sugerida por Deleuze e Guattari (1995) se alinha com essa postura e propões que as palavras intervêm nos corpos e nos estados de coisas. “Expressando o atributo não corpóreo, e simultaneamente atribuindo-o ao corpo, não representamos, não referimos, intervimos de algum modo, e isto é um ato de linguagem” (1995, p.21). Assim, quebra-se o mito estruturante da atividade jornalística de que fazer notícia é apenas contar histórias, para compreender o jornalismo como um construtor delas.

A notícia não é só fruto apenas do encontro do corpo-jornalista com o corpo-personagem. Ela não emana de sentidos prontos, tendo o repórter como origem dos dizeres. Ela é fruto do encontro do homem, com a caneta, com o computador (e demais tecnologias disponíveis), com o acontecimento social e as formas de deslocamento no espaço, com o manifestante, a bomba de gás lacrimogêneo e outras estratégias de delimitação de territorialidades e técnicas de defesa da propriedade privada, com o policial mal remunerado e relações de trabalho, com o chefe da redação e as relações profissionais, os interesses empresariais, com o presidente da república, as máquinas estatais, partidárias, com o leitor projetado no público-alvo do jornal. Ela é fruto do embate entre a mente cansada do jornalista e o *deadline* para publicar a matéria, do embate entre relações sociais complexas que precisam caber na quantidade de caracteres disponível para a publicação do material. No complexo engendramento do texto, está o plano profundo da linguagem, indissociável do mundo que a cerca.

Retomando a ótica de Maingueneau (2013), que apresentamos há pouco, o discurso está baseado na interação social, entendido como prática discursiva, e está ancorado em um sujeito que inscreve para si um espaço de enunciação e toma uma postura sobre o que se diz. Diante disso, Rocha e Deusdará (2013, p.126) sustentam que a noção de prática discursiva “rejeita a existência de uma instância enunciativa que se configure previamente à produção de textos”:

Nesses termos, o social deixa de ser o cenário do encontro de individualidades previamente constituídas e passa a ser pensado como dimensão que se configura a partir de um arranjo sempre provisório de forças, do qual o indivíduo emerge como efeito. Dessa forma, a produção de sentido dos textos não pode mais se apoiar na ilusão apaziguadora de uma origem individual. A atribuição de sentido é processo que remete ao campo

de forças que a própria emergência do texto e a de suas leituras posteriores acionam. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2013, p. 126)

Com essa visão, entendemos que o sujeito não é a origem do dizer, mas emana do discurso. Assim, enunciar é também produzir subjetividades. Rocha (2006, p. 5) retoma a aceção proposta por Guattari e Rolnik (1986) sobre subjetividade e sua construção:

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual ..., quanto de natureza infra-humana, intrapsíquica, infrapessoal ... (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.31)

Com isso, é pela palavra, pelos diversos agenciamentos coletivos de enunciação que os sentidos e os sujeitos são produzidos. Deleuze e Guattari (1995), também refletem sobre a intervenção no mundo, trazendo a ideia de atos de linguagem e lembrando que as formas de expressão e os conteúdos são independentes, ou seja, não existe uma representação das coisas por meio da palavra, mas há intervenção por meio dela. Os autores propõem que as expressões se inserem nos conteúdos ao mesmo tempo em que as coisas se desenrolam através dos signos. Se estabelecem agenciamentos de enunciação que, “não fala das coisas, mas fala diretamente os estados de coisas ou estados de conteúdo” (1995, p.22). Se, por um lado, as coisas possuem matéria física, encontro de corpos, esses só adquirem sentidos através do encontro com a palavra. Com isso, os autores constroem um intercruzamento:

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo e outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23)

Tomando nossa perspectiva neste trabalho de refletir como a produção da notícia constrói fatos por meio de palavras, podemos pensar nesse cruzamento de agenciamentos maquínicos e coletivos de enunciação como a condição de produção da notícia. Se, ao tratar de um protesto nas ruas, o jornalista presenciou um encontro físico de corpos, agenciamento maquínico, será por meio de todos os

dizeres possíveis que atravessam esses corpos que se inscreverá um sentido para eles (agenciamentos coletivos). A mistura corpórea de pessoas nas ruas segurando cartazes, de policiais com escudos e bombas de efeito moral em punho, de jornalistas com câmeras só se inscreve como um protesto porque assim são agenciados enunciativamente, por meio do que Deleuze e Guattari chama de palavras de ordem:

Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos, mas a relação de qualquer palavra ou qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. (...) A relação entre o enunciado e o ato é interior, imanente, mas não existe identidade. A relação é, antes, de redundância. A palavra de ordem é, em si mesma, redundância do ato e do enunciado (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12)

Assim, a noção de palavra de ordem nos remete ao que se pressupõe como ordem de um mundo que é sustentado no verbal, com sentidos que se atualizam em permanente tensão de territorialização e desterritorialização.

Após fazer esse percurso teórico, que passou do mito da objetividade jornalística às contribuições da Análise do Discurso de Maingueneau e da perspectiva filosófica de Deleuze e Guattari, passaremos a análise do nosso corpus. Concebendo a reportagem enquanto plano material em que se atualizam os dizeres, vamos verificar que elementos linguísticos e estratégias são usados na construção de sentidos.

3 CONSTRUINDO SENTIDOS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES

Neste capítulo, procederemos à análise discursiva do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, feito em 21 de junho de 2013, logo após grandes protestos que tomaram as ruas de diversas capitais do país. O texto foi transmitido em cadeia nacional, por rádio e televisão e seu conteúdo foi disponibilizado na internet, na página eletrônica da Presidência da República. Nesta investigação, trabalharemos com a versão transcrita na internet.

Este trabalho tem o propósito de verificar como as cenas das manifestações populares foram construídas no pronunciamento da presidente, quais sujeitos enunciativos são envolvidos e de que forma são apresentados. Em seguida, vamos analisar como essas manifestações viraram notícia na imprensa internacional. Sob a perspectiva da Análise do Discurso, podemos compreender como as notícias publicadas podem ser concebidas como fatos verbais. Nossa proposta é refletir sobre o produto jornalístico não como algo que reproduz um mundo existente a priori, mas entender que existe uma coprodução da realidade por meio do mundo empírico e da linguagem. No pronunciamento da presidente Dilma, diversos fatos são retomados e construídos também por meio do verbal. Vamos ver nas análises a seguir que através do texto presidencial são instituídos os sujeitos atores dos protestos de 2013 e os lugares que ocupam. Veremos ainda mais adiante como as reportagens que compõem nosso corpus retomam não só os acontecimentos das manifestações como também as palavras proferidas pela presidente Dilma no pronunciamento oficial, fazendo-os ocupar um espaço internacional.

Considerando a proposta de investigar o modo como enunciados se tornam matéria de notícias, apreendendo uma dinâmica em que textos geram textos, estabelecemos como critério a opção por um pronunciamento oficial. Escolhemos esse texto para compor o corpus de análise por se tratar de um material que institucionaliza os dizeres do poder público diante de manifestações que repercutiram no mundo todo, dadas as circunstâncias históricas do momento (Copa das Confederações e preparação para a Copa do Mundo).

3.1 Pronunciamento presidencial: um gênero discursivo

Neste item, delinearemos a caracterização do gênero discursivo pronunciamento oficial, a partir das propostas de Bakhtin (2003) e de Maingueneau (2013) que acabamos de ver no capítulo 2.

Em nosso corpúsculo de análise, a presidente Dilma Rousseff se dirige ao povo brasileiro estabelecendo uma cenografia que se apresenta como um tipo de conversa, como se ela estivesse falando com um amigo. Isso fica ainda mais evidente através de diversas marcas linguísticas que vamos analisar a seguir, bem como pelo uso do vocativo “minhas amigas e meus amigos”, empregado em duas das quatro ocorrências de vocativos presentes no texto. O discurso político, segundo Maingueneau, tem como característica poder apresentar uma diversidade de cenografias:

“um determinado candidato poderá falar aos seus eleitores como um jovem executivo, como tecnocrata, como operário, como homem de grande experiência, etc., e atribuir os lugares correspondentes ao seu público” (2013, p. 89)

Diante das contribuições que já vimos acerca de gêneros do discurso e da construção de quadros cênicos e cenografias, voltamos ao nosso corpúsculo de análise. Um pronunciamento oficial é um gênero do discurso inscrito na cena política institucional, para o qual há coerções razoavelmente cristalizadas. Espera-se ver tematizado um assunto para o qual se supõe e, simultaneamente, instaura uma relevância nacional. Diante do cenário de protestos, em que a população foi às ruas pedir melhorias, o gênero pronunciamento se tornou pertinente para que o governo pudesse responder às demandas do povo (ou pelo menos se mostrasse atento ao que acontecia). Sob a perspectiva da Análise do Discurso, entendemos que os protestos não são apenas eventos empíricos, em que diversos corpos físicos vão às ruas, mas são também eventos verbais, que produzem textos e sentidos. Da mesma forma, a resposta do governo vem por meio também de um texto, que institui sentidos como numa tentativa de dar uma resposta às demandas populares.

Para construir tal diálogo com as ruas, a presidente, em seu pronunciamento, lembrou os protestos e prometeu melhorias demandadas nos setores de transporte, educação e saúde. Assim, ela falou sobre temas que eram centrais na pauta de reivindicações populares. Por outro lado, diversas outras demandas foram silenciadas em tal pronunciamento, como gastos exorbitantes com os eventos esportivos, além de questões relativas à violência por parte da polícia contra os manifestantes. Tudo isso constitui os contornos para construir a cena política institucional. Além disso, ao proferir tais dizeres do lugar enunciativo ocupado pela presidente diante de um país, Dilma Rousseff institui uma posição/opinião oficial diante dos atos populares e, para isso, precisa (re)produzir sentidos sobre o que foram esses atos. Desta forma, texto e mundo se produzem simultaneamente neste espaço discursivo do pronunciamento oficial. Analisaremos, a seguir, como se constroem as cenas, cenografias e que identidades dos coenunciadores se formam nos dizeres da presidente.

3.2 As marcas de pessoa e número

Com o intuito de compreender o modo como se instituiu a cenografia do pronunciamento, percorremos as marcas de pessoa a partir das quais se inscreve sua enunciativa. Procedemos a uma análise preliminar do pronunciamento, observando as marcas verbais. Para tanto, observamos tanto o emprego de pronomes pessoais como as flexões verbais de primeira pessoa do singular e do plural. Encontramos ao menos 26 ocorrências de verbos e pronomes de primeira pessoa do singular e 32 marcas de primeira pessoa do plural, Tais marcas e os respectivos sujeitos-enunciativos correspondentes a elas podem ser consultados nas tabelas a seguir.

Tabela 1 – Sujeitos enunciativos na primeira pessoa do singular

| SUJEITO | PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR |
|-----------------|------------------------------------|
| Eu (presidenta) | <u>Minhas amigas e meus amigos</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Tenho a obrigação</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Asseguro a vocês</u> |
| Eu (presidenta) | A <u>minha</u> geração lutou |
| Eu (presidenta) | <u>Sou</u> a presidenta |

| | |
|-----------------|---|
| Eu (presidenta) | Todos <u>me</u> conhecem |
| Eu (presidenta) | não <u>abro</u> mão. |
| Eu (presidenta) | Irei <u>conversar</u> |
| Eu (presidenta) | Vou <u>convidar</u> |
| Eu (presidenta) | Anuncio |
| Eu (presidenta) | vou <u>receber</u> |
| Eu (presidenta) | Quero <u>contribuir</u> |
| Eu (presidenta) | Sancionada no <u>meu</u> governo |
| Eu (presidenta) | quero <u>esclarecer</u> |
| Eu (presidenta) | Jamais permitiria |
| Eu (presidenta) | Confio que o Congresso |
| Eu (presidenta) | Projeto que <u>apresentei</u> |
| Eu (presidenta) | Não posso deixar de <u>mencionar</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Minhas</u> amigas e <u>meus</u> amigos |
| Eu (presidenta) | quero <u>repetir</u> |
| Eu (presidenta) | <u>meu</u> governo |
| Eu (presidenta) | Eu quero <u>dizer</u> |
| Eu (presidenta) | Eu <u>estou</u> ouvindo vocês |
| Eu (presidenta) | não vou <u>transigir</u> |

Tabela 2 - Sujeitos enunciativos na primeira pessoa do plural

| SUJEITO | PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL |
|--|---|
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Todos nós |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | estamos acompanhando |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Se aproveitarmos |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | podemos fazer |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | se deixarmos |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | <u>nos</u> faça perder |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Estaremos desperdiçado |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Estaremos correndo o risco |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Chegamos |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Tornaremos |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | se fortalecermos |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Não podemos conviver |
| Nós (governo) | vamos continuar garantindo |
| Nós (governo) | vamos manter a ordem |
| Nós (governo) | Temos que aproveitar o vigor |
| Nós (governo) ou (brasileiras e brasileiros) | Precisamos de suas contribuições |
| Nós (governo) ou (brasileiras e brasileiros) | Precisamos oxigenar |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | nossas instituições |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | nosso sistema político |
| Nós (governo / Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública) | Temos de fazer um esforço |
| Nós (governo) ou (brasileiras e brasileiros) | Precisamos muito de formas eficazes de combate à corrupção |
| Nós (governo) | Nós ampliamos |
| Nós (governo) | vamos ampliar |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | nossa alma |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | nosso jeito de ser |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Precisamos dar |

| | |
|---------------------------------|-----------------------------|
| Nós (brasileiras e brasileiros) | nossos povos irmãos |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | Recebemos deles |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | devemos tratar |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | nossos hóspedes |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | vamos continuar construindo |
| Nós (brasileiras e brasileiros) | nosso grande país |

Observamos que as marcas de primeira pessoa encenam a responsabilidade enunciativa que varia ora entre a instância presidente da república (na primeira pessoa do singular), ora entre o povo brasileiro (no qual a presidente também se inclui, na primeira pessoa do plural). Também há nove ocorrências de primeira pessoa do plural em que a presidente parece falar em nome dos governos/instituições públicas, como nas sequências “Precisamos muito de formas eficazes de combate à corrupção”, “vamos continuar garantindo”, “vamos manter a ordem”, “temos de fazer um esforço”, “nós ampliamos” e “vamos ampliar”.

A partir disso, observamos que o discurso do enunciador se inscreve em uma cenografia diversa. Através do uso da primeira pessoa do plural, cria-se um efeito de sentido de proximidade da presidente com a população, em um efeito de conversa, como podemos observar em trechos como:

S1: “Todos nós, brasileiras e brasileiros, **estamos acompanhando**, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país.”

S2: “Se **proveitarmos** bem o impulso desta nova energia política, **poderemos fazer**, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas”

Já o uso expressivo da primeira pessoa do singular cria como efeito de sentido uma afirmação do papel de Dilma como presidente, construindo uma cenografia da manutenção da ordem, na qual a presidente institui seu lugar de autoridade, como pode ser percebido em trechos como:

- “Como presidenta, eu **tenho** a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia.”

- “**Sou** a presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam.”
- “**Irei conversar**, nos próximos dias, com os chefes dos outros poderes para somarmos esforços. **Vou convidar** os governadores e os prefeitos das principais cidades do país para um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos.”

Este deslizamento de uso da primeira pessoa do singular e do plural, construindo uma cenografia diversa, é uma importante estratégia usada no gênero pronunciamento oficial. O reconhecimento deste gênero cria como expectativa no leitor um texto em que uma autoridade anuncia medidas a uma nação. No entanto, o enunciador se aproxima do coenunciador se apresentando como um amigo (“Minhas amigas e meus amigos”) e relembra uma série de fatos (os protestos) que ocorreram para só então, diante da cena apresentada, anunciar medidas que tomará como governante e convocar o povo a se unir contra o que há de negativo.

Se esse tipo de texto pressupõe em seu “contrato” que um membro do governo se dirija à população, a forma como isso se encena pode dar um maior peso argumentativo ao conteúdo da mensagem e construir para o enunciador uma imagem de maior credibilidade. Se o governo pretendia dialogar com a população no momento em que esta foi às ruas demandar serviços públicos de qualidade, usou como recurso neste texto oficial um efeito de aproximação com as vozes das ruas, reconhecendo-as como relevantes, sem deixar de afirmar seu papel de autoridade com poder de ação. Através de sua fala, a presidente da república tenta construir para si mesma uma personalidade, ou como Maingueneau (2013) propõe, um *etos*²³ de credibilidade/autoridade e ao mesmo tempo de amizade/parceria com os brasileiros.

A partir da observação das marcas de primeira pessoa, passamos a analisar os traços semânticos predominantes nestas formas verbais. Das cerca de 26 ocorrências de primeira pessoa do singular apresentadas na tabela 1, 18 são formas verbais. Entre estas há 15 verbos performativos:

²³ Considerando o frequente emprego da palavra, optamos pela grafia aportuguesada de *etos* (sing. e pl.), em substituição às formas gregas *ethos* (sin.) e *ethé* (pl.).

Tabela 3 – Verbos performativos

| SUJEITO | PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR |
|-----------------|--------------------------------------|
| Eu (presidenta) | <u>Asseguro a vocês</u> |
| Eu (presidenta) | não <u>abro</u> mão. |
| Eu (presidenta) | <u>Irei conversar</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Vou convidar</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Anuncio</u> |
| Eu (presidenta) | <u>vou receber</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Quero contribuir</u> |
| Eu (presidenta) | <u>quero esclarecer</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Jamais permitiria</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Confio que o Congresso</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Não posso deixar de mencionar</u> |
| Eu (presidenta) | <u>quero repetir</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Eu quero dizer</u> |
| Eu (presidenta) | <u>Eu estou ouvindo vocês</u> |
| Eu (presidenta) | não <u>vou transigir</u> |

Ao fazer referência às medidas práticas que irá tomar, a enunciadora articula uma série de ações apreendidas por meio de verbos performativos, como “irei conversar”, “vou convidar”, “anuncio que vou receber”. Esses verbos, na perspectiva pragmática, são capazes de alterar a realidade por meio de sua própria enunciação. Aliás, verbos performativos são outra característica do gênero pronunciamento político, uma vez que quase sempre esses textos prometem medidas, anunciam mudanças ou convocam a nação a se mobilizar por algo. Ao produzir textos, fazemos coisas e interferimos no mundo. Interferência essa que não é uma simples via de mão dupla, mas é atravessada de infinitos outros dizeres, significados e, portanto, ações. Segundo Deusdará e Rocha, a produção de mundo que se dá por meio do verbal produz também o lugar do sujeito no mundo:

Uma vez abandonado o paradigma identitário como eixo central das práticas de linguagem, assumimos que, ao produzir textos, além de participarmos da efetiva produção de um mundo, ainda inscrevemos um lugar para nós, aquele a partir do qual é possível nos dirigirmos a alguém, ir de um lugar para o outro, aquele que, em certa medida, é previsto para o interlocutor do texto proferido ou escrito. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2011, p.127-128)

O uso desses verbos aliados ao uso da primeira pessoa do singular são marcas linguísticas que constroem o etos de autoridade da enunciadora e, ao mesmo tempo, só são passíveis de uso porque esta enunciadora já estava previamente inscrita em um lugar de poder, que acaba por reiterar. Tal como Maingueneau propõe em seu conceito de cenografia, há aqui um enlaçamento

paradoxal, em que os verbos performativos legitimam o lugar de poder da presidente no pronunciamento oficial, condição esta de poder que já era preexistente para que tal enunciação fosse possível de acontecer.

Já ao observar as características semânticas das 24 formas verbais empregadas na primeira pessoa do plural, pudemos perceber que há um interessante embate de campos semânticos. Podemos dividi-los em dois grupos: um que gera efeitos de sentido negativo, por meio da utilização de formas verbais que circulam por um campo semântico mais estático, com sentidos de apatia, de perda; e outro que gera efeitos de sentido positivo, com o uso de formas verbais que podem ser reunidas pelo campo semântico da transformação, da necessidade e da luta, conforme verificamos na tabela a seguir.

Tabela 4 – Embates semânticos

| SENTIDO NEGATIVO | SENTIDO POSITIVO |
|-----------------------------------|---|
| se <u>deixarmos</u> | estamos <u>acompanhando</u> |
| nos <u>faça perder</u> | Se <u>aproveitarmos</u> |
| <u>Estaremos desperdiçando</u> | <u>poderemos fazer</u> |
| <u>Estaremos correndo o risco</u> | <u>Chegamos</u> |
| Não <u>podemos conviver</u> | <u>Tornaremos</u> |
| | se <u>fortalecermos</u> |
| | <u>vamos continuar garantindo</u> |
| | <u>vamos manter a ordem</u> |
| | <u>Temos que aproveitar o vigor</u> |
| | <u>Precisamos de suas contribuições</u> |
| | <u>Precisamos oxigenar</u> |
| | <u>Temos de fazer um esforço</u> |
| | <u>Precisamos muito de formas eficazes de combate à corrupção</u> |
| | Nós <u>ampliamos</u> |
| | <u>vamos ampliar</u> |
| | <u>Precisamos dar</u> |
| | <u>Recebemos deles</u> |
| | <u>devemos tratar</u> |
| | <u>vamos continuar construindo</u> |

No pronunciamento oficial, pudemos perceber que os verbos de maior expressividade são os de ações que circulam pelo campo semântico positivo: são 19 ocorrências contra 5 do campo semântico negativo. A partir desses dados, podemos

constatar que a enunciadora não apenas desliza a cenografia do texto para o campo da conversa com suas “amigas e amigos” através da primeira pessoa do plural, mas convoca os seus para juntos transformarem o país.

Ao dizer o que não se pode tolerar (“Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil”) e convocar o povo para uma transformação (“Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças”) a enunciadora continua cumprindo seu papel como autoridade, que diz o que deve ou não ser feito, conforme estabelecido no gênero pronunciamento oficial. No entanto, através desta cenografia da conversa entre amigos, a tentativa de manutenção da ordem por parte de um governo se camufla sob a forma da convocação dos seus amigos para a luta, chamando a participação popular para dentro da proposta de um determinado governo. Um exemplo interessante dessa estratégia argumentativa pode ser encontrado já no final do texto, no 23 parágrafo, quando a enunciadora menciona a Copa do Mundo:

S3: *Não posso deixar de mencionar um tema muito importante, que tem a ver com a nossa alma e o nosso jeito de ser. O Brasil, único país que participou de todas as Copas, cinco vezes campeão mundial, sempre foi muito bem recebido em toda parte. Precisamos dar aos nossos povos irmãos a mesma acolhida generosa que recebemos deles. Respeito, carinho e alegria, é assim que devemos tratar os nossos hóspedes. O futebol e o esporte são símbolos de paz e convivência pacífica entre os povos. O Brasil merece e vai fazer uma grande Copa.*

Neste fragmento, o uso da primeira pessoa do plural se combina com vocábulos que apelam para uma imagem estereotípica de um Brasil que é o do país do futebol, um tema relacionado com a “nossa alma e o nosso jeito de ser”. Os verbos em primeira pessoa apresentam sentidos que convocam o povo a receber bem os seus hóspedes: “precisamos dar a mesma acolhida que recebemos deles”. Tal convocação nada mais é do que um chamado para que a ordem nacional seja mantida e para que um grande evento esportivo não seja fracassado pelas manifestações populares (que foram motivadas inclusive pelos gastos exorbitantes com este evento esportivo). Através da cenografia da conversa entre amigos, a manutenção da ordem ganha ares de convite para que nossos amigos se unam em prol de uma “paixão nacional”, o futebol.

Além de construir um deslizamento entre a primeira pessoa do plural e do singular, criando cenografias diversas e instituindo sentidos ora de autoridade ora de proximidade com a população, o sujeito enunciativo constrói sentidos sobre as

manifestações através da instituição de um embate entre os manifestantes que vão às ruas “de forma pacífica e ordeira” e uma “minoría violenta e autoritária”. Devido a essa abordagem maniqueísta que se institui no discurso, chamaremos aqui esse embate de *manifestantes pacíficos x manifestantes violentos*. Através das reflexões que empreendemos há pouco sobre verbos performativos e pessoas verbais, concluímos que o texto do gênero pronunciamento oficial consiste em um espaço institucional, em que uma autoridade vem a público para anunciar, prometer, assegurar, entre outras ações que são por meio da palavra, sob uma perspectiva pragmática.

Para construir esse embate, o enunciador menciona os protestos enquanto eventos genéricos, que não estão ancorados em cidades nem em coordenadas de tempo específicas. Logo na primeira frase do pronunciamento, temos algumas pistas linguísticas que nos permitem chegar a essas conclusões: “Todos nós, brasileiros e brasileiras estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que **ocorrem no país**”. O uso do presente do indicativo na forma “ocorrem” indica durabilidade da ação, não especificando exatamente quando começaram. Já a expressão “no país” constrói um espaço genérico para a cena enunciativa, conferindo abrangência ao fato construído. Já sobre o embate entre os manifestantes pacíficos e a minoría violenta, interessante observar como o primeiro grupo é instituído através de caracterizações do enunciador, enquanto o segundo, além de caracterizações, é marcado por verbos de ação relacionados ao campo semântico da destruição. Além disso, há verbos performativos que se relacionam aos manifestantes pacíficos, relacionando-os ao campo semântico do diálogo. Vejamos alguns exemplos:

Tabela 5 – Designações atribuídas a “manifestantes”

| MANIFESTANTES PACÍFICOS | MANIFESTANTES VIOLENTOS |
|--|--|
| Nova energia política | Minoría violenta e autoritária |
| Têm direito de exigir, criticar, lutar (de forma pacífica e ordeira) | Destrua, ataque, incendeie, apedreje, tente levar o caos |
| Movimento pacífico e democrático | Pequena minoría |
| Voz das ruas | Violência e vandalismo |
| Reivindica | Barulho e truculência de alguns arruaceiros |
| Exige | Violência que envergonha o Brasil |
| Quer | Violência e arruaça |
| Vozes democráticas que pedem mudança | |

Podemos observar que o grupo que chamamos de “manifestantes pacíficos” recebe caracterizações que circulam pelo campo semântico da paz, democracia e luta: *voz das ruas, nova energia política, movimento pacífico e democrático*. Além disso, os verbos empregados em relação a esses sujeitos são performativos, ou seja, são ações que se dão por meio da palavra, sugerindo que há uma possibilidade de diálogo com eles (*reivindica, exige, pedem*). Já o segundo grupo, que chamamos de “manifestantes violentos”, além de receber caracterizações negativas (*minoría violenta e autoritária, arruaceiros*) tem verbos de ação relacionados à destruição, indicando a impossibilidade de diálogo (*Destrua, ataque, incendeie, apedreje, tente levar o caos*).

Após iniciar seu pronunciamento apresentando um cenário de embate entre esses manifestantes, a presidente assegura que vai manter a ordem e começa a enumerar uma série de atos performativos, prometendo, proibindo e instituindo. Por fim, a enunciadora termina sua mensagem direcionando-a aos dois grupos que colocou em embate, prometendo ouvir os pacíficos e ameaçando os violentos:

S4: “Eu quero repetir que meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram pacificamente às ruas: eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça”.

Diante dessas reflexões, vamos analisar como esses protestos e esses sujeitos serão construídos e atualizados em duas reportagens do jornal norte-americano The New York Times.

3.3 A releitura dos protestos na visão de jornal internacional de grande circulação

Avançamos neste capítulo para a análise de duas notícias publicadas no site do jornal The New York Times nos dias 21 e 22 de junho. Essas reportagens (re)constróem os grandes protestos do dia 20 e também trazem trechos do pronunciamento da presidente Dilma. Vamos ver adiante que o texto que outrora se dirigia à população brasileira é retomado por um grande jornal estrangeiro, que vai trazer seu próprio olhar e posicionamento sobre o dito.

Se tomarmos a perspectiva de Maingueneau, segundo a qual tomar a palavra pressupõe uma dimensão institucional, compreendemos que “a organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização” (MAINGUENEAU, 2005, p. 134). Desta forma, como vimos no capítulo 2, os jornais produzem sentidos e constroem realidades justamente porque dispõem desse espaço institucional e, ao mesmo tempo em que enunciam, legitimam esse espaço, em um movimento de produção simultânea. Os contextos em que os textos são enunciados não são meros coadjuvantes que agem de fora para dentro, mas são indissociáveis da linguagem: a criam e por ela são criados. Assim, concebemos o jornal como um espaço em que se reivindica legitimidade para se transmitir uma informação, para produzir sentidos.

Diante disso, cabe considerar que a dinâmica de produção da notícia não consiste simplesmente em um repórter que vai às ruas, observa fatos como um simples expectador e depois os relata ao público. Essa produção se dá em uma dinâmica de encontros diferentes corpos, diferentes ideias, na permanente tensão entre agenciamentos maquínicos (corpóreos) e coletivos de enunciação, segundo Deleuze e Guattari (1995). De acordo com esse olhar, é um erro acreditar que o conteúdo determina a expressão, que o resultado da notícia depende apenas do relato de fatos empíricos. Por mais que haja o encontro do corpo físico/matéria do jornalista com o corpo-notícia, com os fatos a serem supostamente relatados, há antes de tudo o encontro de ideologias, de origens sociais distintas, de máquinas sociais complexas que interagem entre si. E é justamente no texto do jornal que esses embates serão materializados. Através de determinadas pistas linguísticas que vamos analisar adiante, se torna possível compreender como esses embates se constituem, que sujeitos são atores desses agenciamentos e de que forma eles constroem sentidos.

Retomando o conceito de gêneros do discurso, proposto por Maingueneau (2013), o gênero *reportagem* está inscrito no tipo *discurso jornalístico*. Textos pertencentes a este gênero reivindicam para si a legitimidade de informar a seus leitores determinado fato que consideram relevante. Além de criar tais fatos, esses textos geralmente trazem também opiniões sobre eles, além de seus possíveis desdobramentos. Dessa forma, surgem no plano material da notícia diversos embates, que vão além do mero encontro jornalista-fato empírico, o que nos dá ainda mais consistência para tomar a produção de reportagens como um sistema

complexo de agenciamentos, em que os sentidos se desterritorializam e se reterritorializam em permanente tensão/deslizamento.

3.3.1 Análise da reportagem publicada em 21 de junho de 2013

Para compreender melhor como essa dinâmica se dá no texto jornalístico, partimos agora para a análise da reportagem publicada pelo *site* do jornal norte-americano *The New York Times*, de 21 de junho de 2013, sobre as manifestações que se espalharam pelo Brasil e levaram a presidente Dilma Rousseff a fazer um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão. Chamaremos a referida reportagem de texto 2²⁴.

A reportagem do dia 21, mesmo dia em que a presidente emitiu seu pronunciamento oficial, traz como título “Brazil Tries to Calm Protester Concerns, Rebuking Violence” (Brasil tenta acalmar preocupações de manifestantes, repreendendo violência). Já no título, parece haver uma interpretação do conteúdo do pronunciamento de Dilma e a apresentação de um embate: a presidente tenta acalmar os ânimos das pessoas que foram às ruas justamente censurando os atos que cometeram nos protestos, julgados como violentos. Logo no primeiro parágrafo da reportagem (lide), que geralmente apresenta o assunto mais importante do texto, há referência à reunião de emergência que Dilma convocou e o pronunciamento que fez. Interessante observar, no entanto, que o título traz como sujeito verbal o termo “Brazil” em substituição à ideia de governo ou presidente.

Vamos observar a seguir, alguns aspectos linguísticos que nos ajudam a compreender que embates são constituídos para a construção da notícia e seus diversos agenciamentos.

I – Coordenadas de tempo e espaço

Tomando o texto 2 como pertencente ao gênero reportagem, observamos que há alguns elementos linguísticos interessantes que contribuem para a construção de

²⁴ A reportagem encontra-se na íntegra no Anexo B.

fatos na notícia. Uma das características marcantes do gênero reportagem é a composição de narrativas, já que os textos deste tipo têm como objetivo contar histórias, apresentar a seu público um determinado evento ocorrido. Segundo manuais de jornalismo, o texto deve responder ao público questões básicas sobre a história: o quê, quem, quando, onde, como e por quê²⁵. Dessa forma, serão recorrentes coordenadas de tempo e espaço para situar o leitor no universo dos acontecimentos. Situando o momento da enunciação no presente, o texto escrito, publicado em sites e jornais, relata geralmente eventos que já ocorreram, e é comum que haja o predomínio dos tempos verbais de pretérito, trazendo a retomada de tais acontecimentos empíricos. Isso contribui para reforçar o efeito de sentido de que há primeiro um fato que ocorre para, posteriormente, ser relatado, gerando ideia de credibilidade: o jornalista, “testemunha ocular” de um evento, vai contar o que viu, pretendendo gerar em seu texto um efeito de sentido de objetividade.

No texto 2, há forte predominância dos verbos no tempo verbal da língua inglesa conhecido como *simple past* (que corresponderia ao pretérito perfeito do português), como “convened”, “announced”, “came”, “said”, entre outros. Esse tempo verbal imprime um sentido de ações perfeitas, concluídas no passado. Portanto, verificamos que o tempo da reportagem se apresenta como um tempo narrativo, que pretende possibilitar ao leitor um efeito de sentido de tempo cronológico, apresentando os eventos nas datas em que ocorreram. Outras marcas também corroboram esse efeito de sentido de tempo cronológico, como a presença de datas e advérbios de tempo: “on Friday”, “before”, “on Thursday night”, “scheduled for July”. Essa apresentação dos fatos por meio de uma narrativa cronológica já se estabelece como um recorte interpretativo, pois apresenta fatos como se fossem resultantes/efeitos gerados de ações anteriores. Assim, percebe-se que o encadeamento cronológico, por mais que os manuais de jornalismo os declarem elementos objetivos, neutros, trazem avaliações e interpretações das sucessões dos fatos como causa-efeito/consequência.

Adicionalmente, as coordenadas de espaço verificadas constroem dois tipos diferentes de lugares: um empírico/físico, e outro cenográfico. As coordenadas de

²⁵ Essa é a estrutura de perguntas que geralmente compõe o chamado lide, parágrafo introdutório que deve dar conta de resumir os principais fatos ao leitor. No entanto, há diversas formas em que o lide pode se configurar e, muitas vezes, tais perguntas podem ser respondidas ao longo do texto, e não logo no primeiro parágrafo. Segundo PENA (2005), “O lead (ou lide) nada mais é do que o relato sintético do acontecimento logo no início do texto, respondendo às perguntas básicas do leitor: o quê, quem, como, onde, quando e por quê.”

espaço físico são aquelas usadas nas narrativas, que ambientam o leitor no local onde os eventos ocorrem. Como o tema da reportagem são os protestos pelo Brasil, há referências a diferentes espaços onde as manifestações se desenrolaram e também de onde autoridades se pronunciaram: “Brazil”, “Belo Horizonte”, “cities across the nation”, “Rio de Janeiro”, “Brasília”, “São Paulo”, “Ribeirão Preto”, “in front of the cemetery”, “city of Belém in the Amazon”.

No entanto, além dessas coordenadas que indicam lugares físicos, delimitados geograficamente, há também marcas interessantes no texto que situam o Brasil em um espaço internacional. Além de fazer referências a cidades e locais, a reportagem traz o Brasil como o lugar onde acontecem e acontecerão eventos internacionais. No texto 2, há duas referências desse tipo. A primeira é a preocupação com a visita do papa, que aparece nas seguintes ocorrências: “acknowledging their concerns about security ahead of a visit by the pope” e em “it could affect the visit of Pope Francis to Brazil, wich is scheduled for July”. A segunda referência aparece nas reivindicações dos manifestantes sobre os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e com as Olimpíadas de 2016: “the billions of dollars being devoted to building stadiums for the 2014 World Cup and the 2016 Olympics”.

Essas referências a eventos internacionais se constituem como interessantes marcas espaço-temporais que deslizam o sentido de Brasil não como lugar físico, delimitado por fronteiras geográficas, mas como um espaço cenográfico, como anfitrião de importantes eventos que receberá pessoas de todo o planeta. Ao colocar a segurança da visita do papa como uma preocupação e ao trazer os eventos esportivos como motivo de protesto, há um deslizamento desses sentidos espaço-temporais, criando uma tensão entre a tranquilidade esperada em que esses eventos deveriam ocorrer e a situação do país, com a população nas ruas reivindicando direitos. Essa parece ser uma marca interessante do embate que se constrói entre o governo e a população, como veremos mais adiante. Assim como os fatos não estão prontos *a priori*, esperando para ser contados, as próprias marcas físicas, como cidades e países, não são tão físicos assim, mas estão em permanente tensão/construção com e pela linguagem. A construção de um espaço-tempo cenográfico nos leva a compreender como a linguagem (neste caso, a notícia) intervém no mundo, construindo-o.

Retomando o conceito de dialogismo de Bakhtin, Maingueneau afirma a dimensão dialógica que qualquer enunciado apresenta, de forma que “não poderia ser analisado de forma válida se não se o apreendesse em sua orientação para o outro” (1996, p.22). Assim, ao utilizar apostos, o jornal constrói uma certa imagem de seu leitor, estabelecendo com ele um diálogo. Chamou-nos a atenção especificamente o uso abundante e expressivo de apostos que se assemelham ao que Azeredo chama de apostos explicativos, que reiteram “por força de algum interesse ou necessidade discursiva, a identidade de um ser ou objeto” no texto 2.

Ao longo do texto 2, há diversas estruturas que trazem explicações ao leitor sobre lugares, pessoas e situações. Recuperando o sentido gramatical dos apostos, lembramos a definição que Azeredo (2000, p.195) traz: a “aposição é o processo por meio do qual o núcleo primário ou fundamental de um SN (sintagma nominal) vem acompanhado de um segundo SN, seu núcleo secundário, que particulariza a referência classificatória do primeiro”. Além disso, o autor reflete sobre a força discursiva e os sentidos que os apostos podem conferir aos enunciados. O autor destaca que o aposto serve para:

- reiterar, por força de algum interesse ou necessidade discursiva, a identidade de um ser ou objeto (aposto explicativo – ap.expl.);
 - introduzir um comentário com que se avalia ou se esclarece uma informação (aposto atributivo – ap. at.);
 - particularizar a referência genérica de um substantivo (aposto especificativo – ap. esp.);
 - detalhar (aposto enumerativo – ap. en.) ou sintetizar (aposto recapitulativo – ap. rec.) o conteúdo do SN fundamental.
- (AZEREDO, 2000, p.196)

Antes de listarmos os apostos e analisar os sentidos que eles constroem, cabe destacar ainda o aspecto dialógico que estrutura os textos do gênero reportagem. Para cumprir com o contrato de informação que o jornal estabelece com seu público leitor, é necessário que os co-enunciadores compartilhem os mesmos sentidos. Se ao enunciar, se faz necessário explicar quem é José Mariano Beltrame, por exemplo, supõe-se uma certa imagem de um público leitor que não é do Rio de Janeiro e não sabe que este é o Secretário de Segurança do estado. Em seu manual prático-teórico sobre o jornalismo, Pena (2005) lembra que os jornalistas também fazem uma imagem de quem é sua audiência:

Os repórteres, então, passam a construir os enunciados sob forte influência da imagem que fazem do telespectador. (...) O que nos leva a concluir que o interlocutor está presente no próprio ato de construção da linguagem. É co-enunciador. Tem um papel na construção do significado. (PENA, 2005, p. 73)

Vejamos a seguir alguns empregos da marca linguística em análise:

S1: In Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, **the official in charge of security policies (...)**

S2: The concern over the violent turn among protesters was enough that Gilberto Carvalho, **a top aid to Ms. Rousseff**, acknowledged it could affect the visit of Pope Francis to Brazil, **which is scheduled for July**.

S3: In São Paulo, **the nation's largest city**, protesters blocked roads leading to the airport and thousands rallied at a downtown plaza to protest a measure backed by conservative legislators, **known as the gay cure**, that would allow psychologists to treat homosexuality as a form of mental illness.

S4: "We won the fight, so we are going to take time to think about what to do next," said Rafael Siqueira, a member of the group, Passe Livre, **which had pushed for the rollback of a bus fare increase**.

S5: In Ribeirão Preto, 1,000 people attended the funeral of Marcos Delefrate, **an 18-year-old who died after being struck by a car on Thursday**.

S6: The protests claimed a second victim on Friday, Cleonice Vieira, 51, **a street cleaner in the city of Belém in the Amazon**.

S7: As the protests continued, the national development bank, **known as BNDES**, announced that it had approved more than \$1 billion in loans to expand the metro system in São Paulo, **the city where the bus fare increase set off the initial protests**. And in Brasília, the Finance Ministry said it had created an inspector to review allegations of corruption, **one of the main issues that has driven countless thousands to the streets in recent days**.

Ao explicar que São Paulo é a maior cidade do país, por exemplo, o jornal delimita a imagem de um público leitor que não é brasileiro, que não compartilha do conhecimento de país que um leitor do Brasil teria. Soaria no mínimo extremamente redundante se um jornal como O Globo ou Folha de São Paulo, por exemplo, trouxesse esse tipo de explicação. O mesmo se observa sobre os apostos que se referem ao BNDES e ao Movimento Passe Livre. O público leitor brasileiro, que compartilha de um conhecimento prévio sobre o Brasil, suas instituições e movimentos sociais, certamente não encontraria em seus jornais locais expressões reafirmando que o BNDES é um banco público voltado para o desenvolvimento. É interessante notar que a escolha das informações a serem publicadas por meio de apostos são também avaliações e recortes de mundo que, além de informar ao leitor

o que é, constrói e complementa os sentidos argumentativos, contribuindo para a produção de fatos. Ao dizer que São Paulo é a maior cidade do país, essa informação é relevante quando na próxima frase diz-se que protestantes bloquearam vias de acesso ao aeroporto. Assim, percebe-se que a proporção que o fato “bloqueio de vias de acesso ao aeroporto” ganha com a informação de que tal bloqueio aconteceu na maior cidade do país, é muito maior do que se São Paulo fosse caracterizada apenas como uma cidade que está situada no sudeste do país.

Já os apostos que se referem aos nomes de pessoas mencionadas aparecem de formas distintas. Ao mencionar pessoas “comuns”, que não têm uma vida pública, como Marcos Delefrate e Cleonice Vieira, faz-se necessário explicar quem são. No entanto, a escolha da informação que estará contida no aposto parece funcionar também como reforço argumentativo à tese que se pretende construir como fato. O jornal os descreve como vítimas que morreram durante os protestos (*an 18-year-old who died after being struck by a car on Thursday e a street cleaner in the city of Belém in the Amazon*). Ainda que eles fossem mencionados em jornais brasileiros, os apostos seriam necessários, apesar das possíveis variações de conteúdos que os apostos poderiam carregar. Chama-nos a atenção que a explicação sobre quem são as pessoas sobre quem se comenta algo, estão em relação complementar com o que se quer criar como fato: a violência dos protestos. Sendo assim, o aposto é construído como dado indubitável, apesar de ser uma avaliação, pois para identificar os sujeitos poderiam ser dadas tantas outras informações, tais como profissão, idade, mas nesse caso, tais informações não seriam relevantes para a construção do fato sobre a violência dos protestos, mas poderia ser relevante para a criminalização de uma criança, por exemplo: maior de idade, morador de rua. Interessante destacar que é justamente o fato de serem vítimas que os faz ocuparem as páginas dos jornais e esses apostos são as marcas linguísticas que os fazem se inscrever nessa narrativa. Embora os corpos físicos tenham se chocado com um carro ou sofrido um ataque do coração, os sujeitos “vítimas de protesto” (*the protests claimed a second victim*) só são construídos a partir do encontro entre esses agenciamentos maquínicos (encontro de corpos físicos) com todos os dizeres sobre eles sob as circunstâncias dos protestos (agenciamentos coletivos de enunciação).

Um processo um pouco diferente ocorre sobre os apostos que explicam quem são José Mariano Beltrame (*the oficial in charge of security policies*) e Gilberto

Carvalho (*a top aid to Ms. Rousseff*). Em vez de nomeá-los com seus cargos, secretário de Segurança do RJ e ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, há uma explicação sobre as suas funções: o oficial encarregado de políticas de segurança e o assistente principal da senhora Rousseff. Esses apostos os instituem como autoridades num movimento de enlaçamento paradoxal: eles falam no jornal porque são autoridades e suas autoridades são reafirmadas com o uso desses apostos e com o espaço que se concede aos seus dizeres em uma publicação internacional. Esses apostos explicativos destacam ainda o espaço em que o jornal inscreve seus leitores. Tentar traduzir o nome desses cargos (secretário de Segurança do RJ e ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência) não parece fazer tanto sentido quanto explicar o papel que essas funções desempenham, evidenciando que o leitor do NYT não é brasileiro.

III –A construção dos embates

Ao longo deste trabalho, defendemos a ideia de que as notícias não são meros relatos de fatos prontos, mas é um processo de construção deles. Se enunciar é produzir sentidos sobre o mundo, vimos na análise do pronunciamento de Dilma Rousseff como são construídos sentidos sobre as manifestações de 2013 também através de sujeitos colocados em embate. No texto 2, a reportagem do *The New York Times* recupera dizeres sobre este pronunciamento e também coloca sujeitos em embate. Importante retomar a concepção de sujeito que adotamos nesta pesquisa. Não se trata aqui do homem empírico, mas do sujeito construído de forma discursiva. Rocha (2006) recupera a noção de subjetividade apresentada por Guattari, que ultrapassa a clássica oposição entre sujeito individual e sociedade:

(...) o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva. (GUATTARI *apud* ROCHA, 2006, p.5)

Diante disso, vamos observar como os sujeitos são colocados em embate, na sua relação com o outro no contexto da notícia. Se no pronunciamento oficial da presidente Dilma Rousseff, que acabamos de analisar, havia um importante uso expressivo de pessoas verbais, em que o sujeito enunciativo ora se colocava na posição de autoridade, através do uso da primeira pessoa do singular, ora se incluía

como parte do povo brasileiro, com o uso da primeira pessoa do plural, o mesmo não ocorre no texto jornalístico.

Com o objetivo de transmitir ao leitor uma ideia de imparcialidade, o uso da primeira pessoa pelo enunciador é praticamente inexistente, salvo quando há a presença de discurso relatado, marcando a presença de outras vozes no texto, como na reprodução da fala da presidente na sentença: “I assure you, we will maintain order” (Eu asseguro a vocês, vamos manter a ordem).

O jornal retoma os dizeres da presidente em seu pronunciamento e os coloca em xeque. Logo na introdução da reportagem, no lide, a informação que se apresenta é a de que, diante das cidades do país fervilhando nos maiores protestos em décadas, a presidente convocou uma reunião de emergência com autoridades e anunciou medidas para atender as reivindicações dos manifestantes, incluindo uma revisão do transporte no país e o uso de todos os royalties do petróleo na educação. A seguir, no segundo parágrafo, o uso da conjunção adversativa “but” introduz uma oposição: ela já havia lançado essa promessa antes (de usar royalties na educação) apenas para confrontar a resistência de governadores que precisam dessa verba para seus orçamentos, colocando em dúvida a habilidade dela de decretar (*But she has floated her ambitious proposal before — to use oil revenues to improve the beleaguered public schools — only to run up against stiff resistance from state governors who rely on the money to meet their budgets, leaving her ability to enact it in doubt*).

Diante disso, percebemos que um primeiro embate se estabelece no texto entre os sujeitos enunciativos *NYT* x *governo brasileiro*. Interessante destacar marcas linguísticas que ajudam a configurar essa imagem de enunciador que se constrói neste embate. Além da própria conjunção adversativa “but”, o uso de expressões como “ambitious proposal” e “leaving her ability to enact in doubt” trazem uma forte carga opinativa, uma vez que esses termos qualificam (ambitious) e questionam (in doubt) as promessas feitas pela presidente de um país.

Ao retomar as promessas que a presidente Dilma fez, a reportagem faz uso do discurso relatado, trazendo entre aspas trechos do pronunciamento oficial que analisamos anteriormente. Há um interessante movimento de desterritorialização e reterritorialização de sentidos dessas promessas. O uso de *royalties* na educação, a verba para melhorias no transporte e combate à corrupção são recuperados na voz do próprio jornal (*Her pledge came as the government put forward other small*

measures as well, like injecting new money to bolster transportation and pledging to better scrutinize financial corruption within its ranks).

Em seguida, o discurso relatado entre aspas é um trecho em que a presidente fala sobre a luta para construir um país mais justo (*“Brazil fought a lot to become a democratic country, and it is fighting a lot to become a country that it is more just,” Ms. Rousseff said*). Logo adiante, o jornal destaca entre aspas outro trecho do pronunciamento de Dilma em que ela assegura que vai manter a ordem: *“I assure you, we will maintain order”*. No entanto, nos parágrafos seguintes, o enunciador desterritorializa os sentidos dessas promessas lembrando os protestos e as demandas dos manifestantes em um país *“onde a pobreza é dominante e a educação pública é geralmente uma bagunça” (in a country where poverty is pervasive and public education is often in shambles)*. O sujeito NYT também coloca em xeque a credibilidade do governo (e a fala da presidente garantindo a ordem) ao retomar dizeres do ministro Gilberto Carvalho, reconhecendo que os protestos violentos podem afetar a visita do Papa Francisco, insinuando que o governo perdeu o controle: *“We have a series of complications and concerns,’ Mr. Carvalho told reporters in the capital, Brasília. ‘The situation is evolving so fast that we can’t predict what will happen”*.

Outro embate interessante que se materializa no texto 2 é entre os sujeitos *governo x manifestantes*. No quinto parágrafo, a reportagem afirma que a presidente Dilma e outras autoridades *“caíram em cima”* da violência crescente entre os manifestantes, denunciando ataques a prédios do governo, admitindo suas preocupações sobre a segurança às vésperas da visita do papa. Em seguida, a reportagem afirma que o governo ameaçou colocar o exército na rua se os protestos continuassem se intensificando e, na sequência, há entre aspas o trecho em que a presidente assegura que vai manter a ordem:

In a show of resolve, Ms. Rousseff and other authorities also lashed out at the growing violence among some of the protesters, denouncing recent attacks on government buildings, acknowledging their concerns about security ahead of a visit by the pope and, in at least one case, threatening to deploy the army to the streets if the demonstrations continued to intensify.

“I assure you, we will maintain order,” Ms. Rousseff said.

Algumas marcas linguísticas são interessantes na construção deste embate. Primeiro, mais uma vez é possível identificar marcas do enunciador NYT nesse parágrafo. A expressão *“in a show of resolve”* (em uma demonstração de decisão) é claramente uma opinião do jornal acerca da postura da presidente e das autoridades

que decidiram se preocupar com a violência dos protestos. Outra marca interessante é o uso da expressão “threatening” (ameaçando) para se referir à possibilidade de o governo colocar o exército nas ruas. O verbo “ameaçar”, segundo seu sentido de dicionário²⁶, é um verbo transitivo cujos sentidos podem ser: 1 – dirigir ameaças a; 2 – fazer prever (o que é mau); 3 – vir em tom de ameaça contra; 4 – levantar-se contra. Assim, uma ameaça tem sempre um destinatário, neste caso, o povo que foi às ruas reivindicar direitos. O uso desse vocábulo logo antes do discurso relatado da presidente Dilma, desterritorializa o sentido de garantia de ordem e o reterritorializa no campo da ameaça dirigida ao povo. No entanto, esse deslizamento de sentidos não está posto previamente, mas é construído na materialidade do texto, na reportagem.

Outra marca do embate que a reportagem constrói entre os sujeitos *governo x manifestantes* está presente no discurso relatado do secretário de Segurança do RJ, José Mariano Beltrame, também sobre a presença de forças armadas para conter os manifestantes. Estabelecendo uma relação de causa e consequência entre o aumento de protestos e a convocação do exército, através da conjunção “if”, a reportagem parece confirmar o tom de ameaça das autoridades sobre os manifestantes:

In Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, the official in charge of security policies, said that if the unrest intensified, the army could be asked to increase patrols in various parts of the city to “protect the integrity of people and of public and private and public property”.

Outro elemento material interessante desse embate entre *governo x manifestantes* está na repetição da estrutura “*Protests continued*” no início de três parágrafos. Apesar das ameaças e das promessas de melhorias feitas pelas autoridades, a população continuou tomando as ruas do país:

Protests continued to shake cities around Brazil on Friday.

The protests continued even though one of the main groups that had been behind the original demonstrations here said that it would not call for any more marches in São Paulo.

As the protests continued, the national development bank, known as BNDES, announced that it had approved more than \$1 billion in loans to expand the metro system in São Paulo, the city where the bus fare increase set off the initial protests.

Nos três últimos parágrafos do texto, há uma espécie de síntese desses dois embates, *NYT x governo* e *governo x manifestantes*. No parágrafo anterior ao trecho

²⁶ Consulta realizada ao dicionário on line Priberam da língua portuguesa em 06/08/2016, disponível em <http://www.priberam.pt/DLPO/ameaçar>.

“*But many protesters said the measures fell far short of what was needed*”, a reportagem apresenta medidas que o BNDES e o ministro da Fazenda anunciaram, respectivamente, para ampliar o metrô de São Paulo e para combater a corrupção. No entanto, ao usar a conjunção adversativa “but” para contrapor a opinião de manifestantes às promessas do governo, a reportagem não só reforça o embate *governo x manifestantes* como também, de certa forma, reitera a descrença nas promessas do poder público que o próprio jornal colocou em xeque no início do texto, também manifestando o embate *NYT x governo*. Essa articulação cria um efeito de objetividade na notícia: é como se o NYT usasse da voz dos manifestantes para também se opor, ele mesmo, às promessas realizadas. Há um apagamento do sujeito enunciador e um deslizamento de sua opinião para a voz dos personagens que encerram o texto em discurso relatado.

Um terceiro embate que podemos observar no texto 2 é o que chamaremos *manifestantes pacíficos x manifestantes violentos*. Além de aparecer permeado nos dizeres das autoridades sobre a manutenção da ordem, esse confronto é colocado pelo próprio enunciador NYT na articulação desses dois parágrafos, contrapostos pela conjunção adversativa “but”:

More than a million people protested in scores of cities across the country on Thursday night to excoriate the government on a broad array of issues, including political corruption, the high cost of living and the billions of dollars being devoted to building stadiums for the 2014 World Cup and the 2016 Olympics in a country where poverty is pervasive and public education is often in shambles.

*But while most of the protesters have vented their frustrations **peacefully** — even **joyfully** at times, singing and celebrating what they call a mass awakening across the country — a **violent subset** has **stormed** public buildings, set fires and smashed storefronts, bus shelters, traffic lights and some A.T.M.'s.*

Se, no primeiro parágrafo em destaque, o enunciador diz que mais de um milhão de pessoas foram às ruas do país protestar contra corrupção e o alto custo dos eventos esportivos, a conjunção “but”, no segundo parágrafo vai introduzir a criação do confronto entre a maioria dos manifestantes que lançaram suas frustrações de forma pacífica e uma minoria violenta que bombardeou prédios públicos e incendiou lojas e caixas eletrônicos.

Este parágrafo apresenta muito bem esse confronto através das escolhas lexicais feitas. De um lado, vocábulos delimitam o grupo que representa a paz, do qual faz parte a maioria dos manifestantes (*most protesters*): *peacefully, joyfully, singing, celebrating, mass awakening*; de outro lado, há as expressões que delimitam

o campo da violência: *violent subset, stormed, set fires*. E essas escolhas lexicais nos permitem identificar o sujeito enunciador NYT na construção desse embate: o uso de expressões adverbiais (*peacefully, joyfully*) e de adjetivos (*violent*) revela um juízo de valor do enunciador. Outra marca desse embate *manifestantes pacíficos x manifestantes violentos* está presente nos dois parágrafos em que a reportagem menciona duas mortes em decorrência dos protestos:

In Ribeirão Preto, 1,000 people attended the funeral of Marcos Delefrate, an 18-year-old who died after being struck by a car on Thursday. Military police officers escorted the mourners, and the cavalry positioned itself in front of the cemetery.

The protests claimed a second victim on Friday, Cleonice Vieira, 51, a street cleaner in the city of Belém in the Amazon. Brazilian news organizations reported that she had died of a heart attack after a tear-gas canister exploded nearby.

O uso do vocábulo *victim* e a referência à escolta militar durante um dos funerais colocam em tensão os protestos pacíficos e violentos, apresentados anteriormente.

3.3.2 Análise da reportagem publicada em 22 de junho de 2013

Passaremos agora à análise da reportagem do New York Times, publicada em 22 de junho, que chamaremos aqui de texto 3²⁷. Já no título, percebemos que o assunto do texto faz referência aos dizeres da presidente Dilma em seu pronunciamento e aos protestos, que se seguiram por um novo dia (“Despite assurances by Brazil’s presidente, another day of demonstrations”). Já nesta manchete, o enunciador retoma o embate que foi apresentado na reportagem do dia anterior (21 de junho), entre governo e manifestantes. Uma marca desse confronto é o uso da preposição “*despite*”, que traz uma noção semântica concessiva: ao introduzir o texto afirmando que, apesar das garantias da presidente do Brasil houve outro dia de protestos, o jornal problematiza a credibilidade dessas garantias e coloca em confronto governo e manifestantes mais uma vez.

Ao longo do texto 3, vamos observar que há uma ampliação das marcas que analisamos no texto 2 e novos sujeitos são inseridos nos embates. Sob a ótica das

²⁷ A reportagem encontra-se na íntegra no Anexo C.

práticas jornalísticas, trata-se de uma *suíte* da reportagem do dia anterior, ou seja, é a retomada do mesmo assunto noticiado anteriormente, com a introdução de novos eventos, ampliando-o. No entanto, ao retomar um determinado evento, é preciso que este ganhe nova roupagem, ancorando-se no tempo presente e trazendo novos fatos.

Para um diálogo entre as orientações prescritas aos jornalistas e os efeitos de sentido investigados aqui, recuperamos o seguinte aspecto. Em seu manual, Pena (2005) destaca que a redundância é essencial para a comunicação e está associada a sua eficácia. O autor lembra que

aprisionada ao presente, a notícia acaba prioritariamente ligada ao surpreendente, que tem maior valor de venda. (...) Nos manuais de redação, as recomendações para *suítes* determinam que os repórteres não devem começar a reportagem fazendo referência ao fato anterior. Se, por exemplo, eu fizer uma matéria sobre a repercussão no Congresso Nacional das denúncias contra o presidente do Banco Central, não posso iniciar o texto assim: “As denúncias de anteontem repercutiram na sessão de ontem do Senado”. Em vez disso, devo procurar um fato novo, do tipo: “O senador Fulano de Tal pediu a renúncia do presidente do Banco Central”. No jargão jornalístico, isso se chama “esquentamento” de notícias (PENA, 2005, p. 82)

No caso do texto 3, o tom de *suíte* se confirma ao se marcar linguisticamente que os eventos ali construídos são uma continuidade de algo que já vinha ocorrendo. Além do uso da preposição “*despite*” (apesar de) conjugada com o adjetivo “*another*” (outro) na manchete, logo no início da reportagem esse sentido de continuidade é recuperado com o uso do adjetivo “*another*” introduzindo o lide. Destacamos a seguir este parágrafo introdutório da reportagem, para compreendermos que elementos nos permitem identificar que esse texto se trata de uma *suíte*, de uma ampliação de notícia publicada anteriormente.

SÃO PAULO, Brazil — Another round of demonstrations unfolded in cities throughout Brazil on Saturday, after many in the country’s sweeping protest movement angrily dismissed an effort by President Dilma Rousseff to address their broad demands.

Se, no texto 2, o próprio sujeito discursivo NYT problematizava as promessas da presidente e reforçava o embate entre governo e manifestantes, o resumo da notícia que o lide traz no texto 3 parece recuperar esse embate do texto 2, ampliando suas consequências: cidades de todo o país tiveram outro dia de

protestos, depois que muitos raivosamente rejeitaram o esforço da presidente em responder suas demandas. Além do vocábulo “another”, a forma verbal “unfolded” (se desdobraram) e a expressão “country`s sweeping protest movement” (abrangente movimento de protestos do país) constroem um sentido amplo para as manifestações, dando a ideia de fatos que se desdobram, que não estão ancorados apenas no presente enunciativo da reportagem, mas fazem parte de um movimento que vem se desenrolando no Brasil.

Ao destacar esse parágrafo inicial, o lide, optamos por inserir uma foto de como este se apresenta na página do jornal *The New York Times* para explicitar outra marca típica de um texto que atualiza outro: o hiperlink. A reportagem, seja ela veiculada por meio impresso, online, por rádio ou TV, é passível de ser atualizada, de apresentar suas *suítes*. No entanto, o texto online apresenta uma ferramenta extra de memória que é o link. Não pretendemos neste trabalho fazer uma reflexão profunda sobre as características do jornalismo online, mas cabe destacar que a internet, enquanto suporte, confere ao texto do gênero reportagem determinadas características e possibilidades, das quais a interatividade é uma delas. Segundo Pena (2005, p.176), o “jornalismo digital pode ser precariamente definido como a disponibilização de informações jornalísticas em ambiente virtual, o ciberespaço, organizadas de forma hipertextual com potencial multimídiaico e interativo”. Podemos observar que, no parágrafo em destaque, a palavra “Brazil” e o trecho “President Dilma Rousseff to address their broad demands” aparecem sublinhados e com cor azul, o que indica que são links. Na página do jornal, se clicarmos nesses trechos, somos direcionados a outras páginas. No caso da palavra “Brazil”, o leitor é direcionado a uma página que reúne todas as publicações do jornal sobre o país. A página tem como título “Brazil” e como subtítulo: “News about Brazil, including commentary and archival articles published in The New York Times”. Já ao clicar no trecho sobre a presidente Dilma, o leitor é direcionado para a página da reportagem que analisamos anteriormente, o texto 2. Esse é mais um movimento que indica que o texto 3 é uma atualização do texto 2, já que recupera e amplia seus sentidos, inclusive oferecendo ao público a possibilidade de lembrar o que foi dito anteriormente, acessando a última reportagem publicada sobre o assunto. Vamos ver agora como as marcas linguísticas analisadas no texto 2 se ampliam no texto 3 e de que forma surgem novos elementos.

I – Coordenadas de tempo e espaço

No texto 3, as coordenadas de tempo são as mesmas do texto 2, com predomínio quase absoluto de verbos no pretérito, indicando a característica narrativa da reportagem, criando como efeito de sentido uma cronologia dos fatos. Com a enunciação ancorada no tempo do agora, do presente, o enunciador cria os acontecimentos ancorados no passado, criando a ideia de que, primeiro ocorrem eventos empíricos que, posteriormente, serão relatados ao público. Assim como no texto 2, a reportagem apresenta predomínio de verbos no tempo verbal *simple past*, como *unfolded, lacked, took, showed, fought*, imprimindo sentido de ações perfeitas, concluídas no passado. Há também uso de expressões adverbiais de tempo e datas, pra reforçar a ideia de tempo cronológico, como “*on Saturday*”, “*in previous days*”, “*Thursday*”, “*on Tuesday*”, “*Friday night*”, “*in the past*”, “*next year*”.

Já as coordenadas de espaço seguem uma dinâmica parecida com a do texto 2, mas são ampliadas. Verificamos mais uma vez que há a presença de um espaço que remete ao mundo físico/ empírico, com referência às cidades onde os protestos ocorreram, e a presença de um espaço cenográfico, ancorando o Brasil como palco de eventos internacionais. Entre as marcas de espaço físico temos referência a locais como “*cities throughout Brazil*”, “*the streets*”, “*São Paulo*”, “*Rio de Janeiro*”, “*Rio Branco*”, “*in the Amazon*”, “*in Salvador*”, “*Bahia State*”, “*Belo Horizonte*”, “*São Paulo city center*”. No entanto, o espaço cenográfico parece muito mais delimitado nesta reportagem no que na do dia anterior. Se no texto 2 as referências cenográficas se referiam ao Brasil como um todo (palco da visita do papa, da Copa do Mundo e das Olimpíadas), relacionando-o a eventos que ocorreriam no futuro, agora, no texto 3, as cidades em que ocorrem os protestos são ancoradas no espaço de jogos da Copa das Confederações, já em curso. Vejamos alguns exemplos:

S1: Demonstrations took place in **two large cities hosting soccer games in the Confederations Cup**, a major tournament under way here.

S2: In **Salvador**, the capital of Bahia State, the authorities said that about 2,500 people protested **as the Brazilian national team played Italy**.

S3: One of the biggest protests was in **Belo Horizonte**, where **Mexico played against Japan**.

Ao enumerar os protestos que ocorreram no sábado, no dia seguinte ao pronunciamento oficial de Dilma Rousseff, o enunciador ancora as duas maiores manifestações em grandes cidades em relação aos jogos que ocorriam por lá, como verificamos em S1: “*two large cities hosting soccer games in the Confederations Cup*”. Ao mencionar a cidade de Salvador, em S2, a imagem construída para os leitores se dá a partir da coordenada geográfica (é a capital do estado da Bahia) e também pela cenografia que inscreve aquele espaço como palco de um protesto no momento em que a seleção brasileira e a italiana jogavam. Já ao construir para seu leitor uma imagem sobre Belo Horizonte, em S3, o enunciador *NY Times* institui a cidade no espaço cenográfico do local onde o México jogou contra o Japão. Assim, percebemos que a cenografia espacial no texto 3 é mais ampla que a apresentada no texto 2, já que, ao construir os eventos “manifestações” em diferentes cidades brasileiras, o enunciador cria para o público uma importância para esses locais que vai além da dimensão física, mas ganha uma dimensão conceitual, associando cada cidade ao jogo da Copa que ali ocorria. No texto 2, a referência à visita do papa e aos eventos esportivos aparecia apenas na preocupação das autoridades quanto à segurança e nas reclamações dos manifestantes em relação aos gastos públicos. Essas coordenadas espaciais cenográficas inscrevem o enunciado no plano internacional e criam sentidos sobre o que foram os protestos de 2013.

II – Imagem de leitor

Assim como no texto 2, a reportagem do dia 22 de junho também utiliza diversos apostos para situar o leitor sobre locais, personagens e situações que se inscrevem na construção da notícia. Destacamos essas ocorrências:

S1: In the **far-flung** city of Rio Branco in the Amazon

S2: Demonstrations took place in two large cities hosting soccer games in the Confederations Cup, **a major tournament under way here**.

S3: In Salvador, **the capital of Bahia State**, the authorities said that about 2,500 people protested as the Brazilian national team played Italy.

S4: In a speech on Friday night, Ms. Rousseff, **a former guerrilla who fought the country’s military dictatorship in the 1970s**, praised the demonstrators for bringing a new energy to Brazilian politics and said repeatedly that she would listen to “the voice of the streets.”

S5: Felipe Possani, 20, **an intern at a bank who was wearing a white mask in the style popularized by the hacker group Anonymous**, had nothing but scorn. “She’s a joke,” he said. “She’s just faking.”

S6: Another growing issue is a proposed constitutional amendment to limit the power of the Public Ministry, **a body of independent public prosecutors**.

S7: Selena Mokdad, 19, **a student**, said she was deeply worried that the protest movement would lose its way by making too many diffuse demands, noting that there were no clear leaders to provide focus for the grievances.

S8: Ms. Rousseff is expected to run for a second term next year, but a poll of protesters in São Paulo by Datafolha, **a top research firm**, found that only 10 percent said they would support her for re-election.

S9: Aécio Neves, **a leader of the main opposition party**, the Social Democrats, received just 5 percent support.

S10: But 30 percent said they would support Joaquim Barbosa, **the chief justice of the Supreme Court**, who has won widespread admiration throughout Brazil for crusading against corruption and trying — so far, without success — to send political leaders convicted in a huge embezzlement and vote-buying scheme to jail.

S11: The **Rio de Janeiro newspaper** O Globo published a scathing editorial on Saturday in which it questioned the protesters' repudiation of political parties.

S12: And Fernando Henrique Cardoso, **who restructured the economy as president in the 1990s**, warned that the protests could offer more jolts to political leaders.

Os apostos presentes em S1, S2 e S3 atuam na construção de coordenadas espaciais. A reportagem inscreve para si um lugar de enunciação presente logo no primeiro parágrafo: “SÃO PAULO, Brazil”. Desta forma, ao dizer em S1 que a cidade de Rio Branco, na Amazônia, é um lugar remoto (far-flung city), o enunciador cria uma imagem de leitor que não é brasileiro. Cabe destacar que esse sentido de local remoto parece ser um juízo de valor típico de quem circula muito pelos eixos Rio-São Paulo-Brasília e pouco conhece sobre o Brasil além dessa fronteira socio-econômica privilegiada. O termo “far-flung” pode construir uma ideia que vai além da distância geográfica que separa São Paulo de Rio Branco, mas parece reforçar o senso comum de que não há nada naquela região além da Amazônia, outro termo usado para referenciar o substantivo “Rio Branco”. O aposto presente em S2 inscreve as cidades em relação à Copa das Confederações, construindo o espaço cenográfico que mencionamos anteriormente. Já em S3, explicar que Salvador é a capital do estado da Bahia também permite criar uma imagem de leitor que não tem conhecimentos sobre o Brasil e sua organização político-geográfica.

O texto 3 também apresenta apostos interessantes para construir imagens de figuras públicas brasileiras. Em S4, em vez de se referir a Dilma Rousseff como a presidente do Brasil, o enunciador diz que ela é uma ex-guerrilheira que lutou contra a ditadura militar do país nos anos 1970. Essa informação sobre ela vem junto com a retomada de parte do pronunciamento que a presidente tinha feito no dia anterior, em que ela disse que ouviria a voz das ruas. Esse aposto parece construir uma imagem de Dilma como guerreira, mulher que luta e apoia os manifestantes, mas como veremos adiante, o próprio enunciador NYT vai colocar em xeque essa aproximação da presidente com os manifestantes. Em S9, o aposto em destaque

constrói a imagem de Aécio Neves como líder do principal partido de oposição. Esse sujeito aparece no texto no contexto de uma pesquisa eleitoral para a presidência e mostra que, mesmo sendo oposição, Aécio só teria 5% dos votos. Esse aposto se alinha na construção da imagem da insatisfação com a política tradicional, apontada como uma das queixas dos manifestantes. Já em S10, ao citar Joaquim Barbosa como candidato na pesquisa eleitoral com maioria dos votos, o aposto utilizado o coloca na posição de chefe da Suprema Corte e também há a informação de que ele ganhou admiração ampla por combater a corrupção. Percebemos, então, a partir dos apostos usados, que o jornal cria a imagem dessas figuras políticas em relação de embate com a insatisfação popular com a política tradicional. Uma exceção interessante é a construção do sujeito Fernando Henrique Cardoso, em S12. O enunciador utiliza expressão apositiva que o coloca como o presidente que reestruturou a economia nos anos 1990. Ao questionar a aproximação de Dilma com os manifestantes, lembrando que ela foi uma guerrilheira e questionando suas promessas, e ao colocar Fernando Henrique como presidente que salvou a economia anos atrás, o jornal parece se alinhar a um certo posicionamento político.

O jornal também inscreve a imagem de um público leitor internacional ao trazer apostos com informações sobre instituições, como o Ministério Público, em S6, e também sobre a imprensa, em S8 e S11. Importante destacar o juízo de valor emitido em S8, ao descrever o Datafolha como com empresa de pesquisa de alto padrão. Além disso, o enunciador traz para o texto vozes de manifestantes sobre os protestos, e seus apostos inscrevem para eles o lugar de jovens, são estudantes, estagiários que usam máscaras, como podemos observar em S5 e S7.

Podemos, por fim, observar que no texto 3 há mais vozes colocadas em embate e, portanto, mais apostos utilizados como estratégia linguística que inscreve esses sujeitos em uma determinada posição, inscrevendo para eles lugares no enunciado e no mundo. Esses sentidos trazem esses embates para uma dimensão internacional, que pode ser observada a partir da necessidade de explicar termos, instituições e figuras que são amplamente conhecidas no Brasil, mas que requerem uma reformulação para o leitor que não pertence a esse contexto. Contextualizar por meio de apostos é criar esses sujeitos por meio da palavra, agenciando-os coletivamente.

Ainda levando em conta o texto 3 como uma suíte do texto 2, podemos observar que os embates presentes na reportagem do dia 21 de junho não só estão presentes nesta atualização, como também são ampliados e ganham novos sujeitos-atores no confronto. Antes, porém, cabe destacar que essa reportagem constrói sentidos mais detalhados sobre os protestos. Se na manchete e no lide o enunciador afirma que os protestos se estenderam por “outro dia”, os primeiros parágrafos vão trazer uma retomada dessas manifestações, construindo sentidos sobre elas. Além das coordenadas de tempo (*Thursday, Saturday*) e de espaço (São Paulo, Rio de Janeiro, *Confederations Cup*, etc) que já vimos anteriormente, o texto 3 traz diversas coordenadas numéricas, que criam imagens para que o leitor dimensione o que foram esses eventos. Os protestos de sábado são apresentados como menos numerosos que os anteriores (*largely lacked the intensity of those in previous days*), alguns pacíficos, como em Rio Branco, onde 15 mil pessoas protestaram sem violência (*without any reports of violence*), outros em que houve confronto com a polícia, como em Salvador, que reuniu 2.500 pessoas (*there was a confrontation with the police*) e Belo Horizonte, com um número maior, 70 mil pessoas (*the police used tear gas*).

Vamos começar pelo embate entre os sujeitos *NYT x governo*. Observamos que esse embate é construído de forma mais sutil: primeiro o jornal argumenta contra as promessas da presidente, para, depois, utilizar-se mais da enumeração de vozes de manifestantes para sustentar esses argumentos. Após reconstruir os protestos nos parágrafos iniciais, com coordenadas de tempo, espaço, além de números oficiais, o texto traz a contraposição entre o silêncio inicial da presidente e o pronunciamento tardio, após o crescimento das manifestações. Essa contraposição é construída através de expressões adverbiais de tempo encadeadas no início de dois parágrafos consecutivos: “*Ms. Rousseff **initially remained silent** as the protest movement grew*” e “*In a **speech on Friday night***”. Existe uma espécie de gradação temporal e numérica para justificar esse argumento de que ela veio a público tarde demais, quando a situação já parecia fora de controle. Observemos os dois parágrafos completos:

*Ms. Rousseff **initially** remained silent as the protest movement **grew**, although she publicly embraced the protesters’ cause on Tuesday. **Tens of thousands of people***

*thronged the streets of São Paulo and other cities on **Monday**, and **by Thursday more than a million** demonstrators had turned out in **dozens of cities**.*

*In a speech **on Friday night**, Ms. Rousseff, a former guerrilla who fought the country's military dictatorship in the 1970s, praised the demonstrators for bringing a new energy to Brazilian politics and said **repeatedly** that she would listen to "the voice of the streets."*

No primeiro parágrafo em destaque, em que o enunciador apresenta o silêncio da presidente, há a referência à segunda-feira, em que milhares de pessoas tomaram as ruas de São Paulo e outras cidades e, na quinta, mais de um milhão de manifestantes tomaram dezenas de cidades. No segundo parágrafo destacado, o enunciador menciona que na sexta-feira Dilma fez pronunciamento dizendo "repetidamente" que "ouviria a voz das ruas". Existe um claro movimento de gradação semântica entre o início da semana, com menos manifestantes em algumas cidades até o clímax, na quinta-feira, em que esse número chegou a milhões em dezenas de cidades para só na sexta, com a situação aparentemente fora de controle, Dilma vir a público.

Em seguida, o jornal traz entre aspas discurso relatado com trecho do pronunciamento em que a presidente afirma que é preciso aproveitar essa nova energia política. Já no parágrafo seguinte à inserção da voz de Dilma no discurso, o enunciador desconstrói as promessas que ela fez. A conjunção adversativa "but", muito empregada no texto 2 para construir esse embate, aparece mais uma vez: "**But** the proposals she offered in response to those voices were short on details, and included some programs for which she had been unable to garner support in the past". Logo após o enunciador afirmar que as respostas que Dilma deu às demandas das ruas são vagas em detalhes, ele as enumera no parágrafo seguinte. Além de usar linguisticamente de uma gradação temporal e numérica para afirmar que a resposta do governo veio tarde e após usar uma conjunção adversativa para questionar suas promessas, o enunciador NYT apresenta uma sequência de vozes de manifestantes que também questionam a presidente. É como se as vozes introduzidas servissem de apoio para um confronto que o próprio jornal cria com o sujeito governo.

Partimos então para a construção de um embate que também está presente no texto 2 e que nesta reportagem parece ter se ampliado muito, ganhando novos sujeitos. O conflito *governo x manifestantes* está presente desde a manchete do texto 3. O uso da preposição "despite" articulado com o adjetivo "another" marca linguisticamente a rejeição dos manifestantes em relação ao poder público, apesar

das promessas anunciadas por Dilma Rousseff um dia antes (*“Despite assurances by Brazil’s presidente, another day of demonstrations”*). Assim como no texto 2, nesta reportagem, o uso do discurso relatado, trazendo vozes de autoridades e de manifestantes em confronto também é utilizado. Interessante observar que eles aparecem bem encadeados. Primeiro há trechos do pronunciamento de Dilma, com a promessa que ela fez de ouvir a voz das ruas e, na sequência, há três parágrafos com vozes de manifestantes contestando o governo:

“I don’t believe in her promises,” Sergio Mazzini, 65, said late Friday night during a protest in the São Paulo city center. “There have been too many promises for me to keep believing. We don’t know where all this is leading, but they are trying to fool us. “They don’t live our reality, so it’s easy to talk about hospitals and schools when it’s us who are suffering for lack of investment in priorities.”
Felipe Possani, 20, an intern at a bank who was wearing a white mask in the style popularized by the hacker group Anonymous, had nothing but scorn. “She’s a joke,” he said. “She’s just faking.”

Uma marca linguística que reforça ainda mais esse conflito com o governo nas vozes dos manifestantes está na repetição de estruturas de negação “don’t” (*I don’t believe in her promises / We don’t know where all this is leading/ They don’t live our reality*) e na repetição de afirmações com tom pejorativo sobre Dilma, dizendo que ela é uma piada e está apenas fingindo (*She’s a joke / She’s just faking*).

Os sujeitos enunciativos *manifestantes* e *governo* também ganham novos contornos, mais ampliados no texto 3. Se no texto 2 os manifestantes eram colocados em embate, com a divisão de um grupo “pacífico” e de uma “minoría violenta”, esse conflito também aparece marcado nos parágrafos em que se configuram os protestos:

*“In the far-flung city of Rio Branco in the Amazon, an estimated 15,000 people demonstrated **without any reports of violence.**”*
*“(…)organizers agreed to keep the march away from the stadium, but a small group of protesters approached the stadium and **there was a confrontation with the police**”*
*“And the television channel Globo showed video of recent protests in which they highlighted the **faces of young men committing acts of vandalism**, such as smashing automatic teller machines in a bank and knocking over a light pole.”*

Mas o sujeito manifestantes também aparece marcado por outra divisão, a maioria que é contra o governo e outros que dariam uma chance a ele. Essa divisão aparece marcada no parágrafo:

*“And while **many protesters angrily rejected** Ms. Rousseff’s proposals as empty promises, **others said she should be given a chance**. “It’s a bit naive to talk about Dilma all the time,” Ms. Mokdad said, adding that Ms. Rousseff had inherited a country with deeply ingrained problems, like corruption. “She’s not responsible for everything. She’s like in the wrong place at the wrong time. I don’t think the problem is her.”*

A reportagem apresenta uma série de vozes em sequência apresentando queixas contra o governo e, no parágrafo em destaque, faz um contraponto com alguns que o apoiam. Esse desequilíbrio entre a maioria que rejeita e alguns que apoiam a presidente está presente não só no número de discursos relatados destacados para apresentar cada lado do embate, mas também é resumido nas expressões *“**many protesters angrily rejected** Ms. Rousseff’s proposals as **empty promises**”* e *“**others said she should be given a chance**”*.

Se no texto 3 o sujeito *manifestantes* se desdobra nos atores *manifestantes pacíficos x manifestantes violentos* e em *maioria que rejeita governo x poucos apoiadores*, o sujeito *governo* também é ampliado e ganha novos atores em embate. Se antes, na reportagem do dia 21 de junho, apareciam apenas referências a autoridades (Dilma Rousseff, José Mariano Beltrame e Gilberto Carvalho), agora, nessa suíte, os sujeitos são ampliados. Além da presidente Dilma, há a referência à polícia, que entra em confronto com os manifestantes, usa gás lacrimogênio para dispersar multidões e que tenta identificar e procurar suspeitos de atos de violência e vandalismo:

*(...) but a small group of protesters approached the stadium and **there was a confrontation with the police**.*

***The police used tear gas** to disperse a crowd estimated by the authorities at 70,000.*

***The police also were seeking suspects** responsible for acts of violence and vandalism that have marred some of the demonstrations.*

O uso de formas verbais do campo semântico do confronto, da ação, como *“confrontation”, “used”* e *“were seeking”* inscrevem o sujeito *polícia* (que representa o governo nas ruas, no *front*), no embate com os manifestantes e cria sentidos de repressão.

Um novo embate que se configura no texto 3 é entre *política tradicional x manifestantes*. O enunciador, ao apresentar esse confronto, afirma que a rejeição à política tradicional está no coração do movimento (*At the heart of the movement is a rejection of traditional politics in Brazil.*). Uma pesquisa eleitoral é colocada em cena apresentando, primeiro Dilma e Aécio Neves (representantes da política tradicional

de partidos opostos) com poucos votos, 10% e 5%, respectivamente, enquanto o ministro do STF, Joaquim Barbosa, aparece com 30% das intenções de voto para a presidência, eleição que aconteceria um ano após os protestos, em 2014:

Ms. Rousseff is expected to run for a second term next year, but a poll of protesters in São Paulo by Datafolha, a top research firm, found that only 10 percent said they would support her for re-election. Aécio Neves, a leader of the main opposition party, the Social Democrats, received just 5 percent support.

But 30 percent said they would support Joaquim Barbosa, the chief justice of the Supreme Court, who has won widespread admiration throughout Brazil for crusading against corruption and trying — so far, without success — to send political leaders convicted in a huge embezzlement and vote-buying scheme to jail.

O sujeito manifestante é inserido no conflito já que a pesquisa foi feita durante um protesto em São Paulo. Já a conjunção “*but*” para marcar o maior número de votos de Joaquim Barbosa em relação aos votos de Dilma e Aécio cria a oposição com a política tradicional (oposição essa reforçada pelo aposto explicativo de Joaquim Barbosa, indicando-o como pessoa que ganhou ampla admiração por combater a corrupção).

Na construção desse conflito entra em cena um interessante ator: a mídia tradicional e suas pesquisas. Aqui, o instituto Datafolha (que faz parte do grupo Folha de São Paulo) é usado como referência (“a top research firm”) para apresentar uma pesquisa eleitoral, em uma cenografia que vamos chamar de credibilidade. Retomando as reflexões propostas por Maingueneau (2013), há aqui um enlaçamento paradoxal: da mesma forma que citar o Datafolha supõe que o instituto já possua certo etos de credibilidade, ao fazer uso de suas pesquisas em um jornal internacional valida-se essa imagem de seriedade e inscreve-se a empresa como “a top research firm”.

Por último, observa-se um embate entre os sujeitos *mídia tradicional x manifestantes*. Embora as duas reportagens do NYT não o mencionem, houve grande insatisfação popular com a cobertura que a grande imprensa brasileira fez sobre os protestos. Como vimos no capítulo de introdução, em algumas cidades manifestantes depredaram carros de emissoras de televisão e repórteres foram agredidos. No entanto, o texto 3 cria esse embate em dois momentos. O primeiro deles aparece no início do texto:

*The police also were seeking suspects responsible for acts of violence and vandalism that have marred some of the demonstrations. **And the television channel Globo***

showed video of recent protests in which they highlighted the faces of young men committing acts of vandalism, such as smashing automatic teller machines in a bank and knocking over a light pole.

Ao dizer que a polícia procurava suspeitos de praticar atos de vandalismo e violência, o enunciador diz que a TV Globo mostrou vídeos de protestos recentes em que destacou rostos de jovens cometendo atos de vandalismo, como destruição de caixas eletrônicos de postes de luz. Essa associação entre a mídia e a polícia é marcada pelo uso da conjunção aditiva “and”, sugerindo uma cooperação entre as instituições na “caça às bruxas” que se instaurou. Outro momento em que esse embate se configura está presente nos seguintes parágrafos:

*Some **prominent voices** have also begun lashing back at aspects of the protest movement. The Rio de Janeiro newspaper O Globo published a **scathing editorial** on Saturday in which it questioned the protesters’ repudiation of political parties. “It is an illusion to think that in democracy political projects can be carried out on the margin of parties,” O Globo said.*

Assim como fez ao citar a pesquisa Datafolha, o enunciador inscreve o jornal O Globo em uma posição de autoridade, ao colocá-lo entre as vozes notáveis que começaram a “chicotear” alguns aspectos do movimento (“some prominent voices”). Em seguida, apresenta um trecho de um editorial em que o jornal critica o repúdio dos manifestantes aos partidos políticos, dizendo que é uma ilusão pensar que a democracia pode caminhar à margem dos partidos. Esse embate entre mídia e manifestantes é construído através de expressões como “lashing back”, “scathing editorial”, “questioned”, “ilusion”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que desenvolvi teve como objetivo refletir sobre o fazer jornalístico, analisando de que forma os fatos são criados na notícia através da linguagem. Para isso, tomei como ponto de partida minha motivação pessoal enquanto jornalista, ao perceber que havia um jogo interessante de sentidos no jornalismo internacional, que é quase sempre referenciado pela imprensa brasileira. Após analisar como os sentidos sobre as manifestações de 2013 e sobre o pronunciamento oficial da presidente Dilma se constituem em duas reportagens do jornal *The New York Times*, percebemos um movimento interessante de mão dupla: se a imprensa brasileira usa jornais da grande imprensa estrangeira como fonte de produção conteúdo, o mesmo ocorre no NYT, que utiliza veículos como os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* como fonte de referência, e ao mesmo tempo inscreve esses veículos em dizeres de autoridade, que agora se atualizam em um espaço internacional.

No mapa cartográfico que construímos nesta pesquisa, apresentamos inicialmente um breve relato da cronologia das manifestações de 2013, colocando em embate seus atores e trazendo algumas reportagens como referências sobre esses protestos. Na sequência, trouxemos um pouco o relato da rotina das redações jornalísticas e problematizamos as condições de produção em que o repórter está imerso. Para quebrar o conceito de que é possível ser objetivo na construção da notícia, apresentamos a ideia de que objetividade pode ser apenas um efeito de sentido e não uma característica pretensamente intrínseca aos textos.

Trouxemos ainda uma breve contribuição da Teoria do *Newsmaking* sobre a prática jornalística, que inscreve a atividade no plano empresarial e sustenta que não é possível que o jornalista seja objetivo, já que está sujeito a sua própria visão de mundo, além das forças mercadológicas (de uma certa linha editorial, da subordinação a uma chefia, etc). No entanto, mostramos que essa teoria não leva em consideração a dimensão enunciativa da produção da notícia, segundo a qual falar é também intervir no mundo, produzindo-o. Assim, apresentamos a proposta da Análise do Discurso e como ela pode ser útil para o jornalista. Através da concepção do discurso como prática discursiva, proposta por Maingueneau (1997), a

reportagem pode ser compreendida como um ato de linguagem, que institui dizeres e inscreve um lugar para os sujeitos no mundo.

Ao assumirmos uma abordagem discursiva da notícia, também apresentamos algumas contribuições da filosofia da linguagem através de Deleuze e Guattari (1995). Abandonamos, assim, a ideia de que há um fato primeiro esperando para ser relatado. Ao contrário, entendemos que uma visão discursiva leva em conta que há sim encontros físicos de corpos, de agentes maquínicos, mas que, ao serem materializados por meio da linguagem, são construídos com/por ela, são atravessados por diversos outros dizeres, são agenciados coletivamente. Ao se produzir notícia, ocorre o encontro dos corpos materiais com todos os dizeres possíveis sobre eles, constituindo-se, assim, um ato de linguagem. Na abordagem sugerida por Deleuze e Guattari (1995), as palavras intervêm nos corpos e nos estados de coisas. “Expressando o atributo não-corpóreo, e simultaneamente atribuindo-o ao corpo, não representamos, não referimos, intervimos de algum modo, e isto é um ato de linguagem” (1995, p. 21). Assim, quebra-se o mito estruturante da atividade jornalística de que fazer notícia é apenas contar histórias, para compreender o jornalismo como um construtor delas.

No último capítulo, procedemos às análises do pronunciamento oficial de Dilma Rousseff e de duas reportagens do NYT sobre as manifestações de 2013 e sobre os dizeres da presidente. Na análise do texto 1 (pronunciamento), percebemos que o sujeito enunciativo se colocou em posição de diálogo com o povo brasileiro e construiu cenografias que o inscrevem ora na posição de pertencente a esse povo (com o uso da primeira pessoa do plural e vocativos como “minhas amigas e meus amigos”), ora na posição de autoridade (com o uso da primeira pessoa do singular). Através do uso de verbos performativos, a presidente reforça esse ethos de autoridade, realizando ações através da palavra (prometendo, assegurando, etc). Além disso, com o uso de palavras do campo semântico da luta e da paz de um lado, contra da violência e da desordem, de outro, a presidente construiu sentidos sobre os protestos, colocando em embate os manifestantes “pacíficos” (dos quais ela tenta se aproximar) e os “violentos” (aos quais ela garante que não serão tolerados).

Após mapear como os sentidos se constroem no pronunciamento oficial, apresentamos a primeira reportagem no jornal NYT, publicada no mesmo dia em que Dilma falou com a nação. Percebemos que, no texto, os protestos que se

espalharam pelo país são construídos discursivamente. Através de coordenadas de tempo e espaço, e da construção de embates entre os sujeitos envolvidos (governo, manifestantes e o próprio enunciador NYT), a reportagem inscreve sentidos sobre as manifestações e as coloca na dimensão de um plano internacional. Esse plano fica evidenciado através de um espaço cenográfico que apresenta o Brasil como palco de eventos como a visita do Papa, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, além do uso de estruturas, como o uso de apostos, que evidenciam a presença de um coenunciador que não é brasileiro. Além disso, os sentidos que Dilma produziu em seu pronunciamento são desterritorializados e reterritorializados na reportagem. Se através do uso de verbos performativos a presidente prometeu e assegurou ordem e melhorias à população, a reportagem retoma esses dizeres através de discurso relatado e os coloca em xeque.

Em seguida, procedendo à análise do texto 3, percebemos a presença de uma suíte, prática comum nas redações de jornais impressos, rádio e televisão, que consiste na retomada de um assunto em tom de novidade, ampliando-o. Mais uma vez a presidente Dilma tem sua autoridade questionada e, desta vez, não só pelo enunciador NYT, mas por uma sequência de vozes de manifestantes que são inseridas no texto. As coordenadas de tempo e espaço também são ampliadas, com a referência a protestos em cidades que também eram sede de jogos da Copa das Confederações. Já os embates construídos ganham contornos mais amplos, com novos sujeitos em cena: além de autoridades e manifestantes, são inseridos a imprensa brasileira e um cenário de pesquisa eleitoral, representando a aversão à política tradicional. Além disso, o uso de coordenadas estatísticas aparece como recurso para construir uma imagem dimensional do que foram os protestos.

Concluindo esse percurso teórico-analítico e confirmando mais uma vez nossa proposta de trazer um olhar discursivo sobre o fazer jornalístico, percebemos que esses sentidos que analisamos nas reportagens só se instituem se pensarmos que é através da materialidade do texto que os apreendemos. Por mais que haja o encontro de agenciamentos maquínicos, de corpos físicos de manifestantes com corpos de policiais, com o gás lacrimogêneo e com os dizeres nas vozes das ruas, é através de diversos agenciamentos coletivos de enunciação, de dizeres em cartazes, de pronunciamentos oficiais e sua releitura por veículos de comunicação brasileiros ou estrangeiros, é que serão construídos sentidos sobre os eventos que ocorreram. Tomando a ideia de que o texto é ação e intervém no mundo,

contribuímos com a quebra do mito que inscreve o jornalismo como a atividade que representa o real.

Essa quebra traz como vantagem um olhar menos transparente sobre a imprensa e seus sentidos. Esse tipo de abordagem discursiva também pode contribuir para formular um olhar comparativo entre os sentidos construídos pela imprensa nacional e estrangeira. Se os veículos de comunicação do Brasil estão inscritos em um contexto atravessados por influências e interesses político-econômicos, a imprensa estrangeira tem menor grau de inscrição em polêmicas e embates locais. Essa dinâmica pode se refletir diretamente no tipo de sentidos que serão produzidos nestes espaços.

Durante as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, por exemplo, instaurou-se uma polêmica acerca de pessoas que levaram cartazes para os estádios, com mensagens de protesto ao presidente interino Michel Temer, além de outras mensagens (como a de uma torcedora iraniana que pedia acesso das mulheres aos estádios em seu país). Logo nos primeiros dias dos Jogos, torcedores foram repreendidos por agentes da Força Nacional e por voluntários do Comitê Olímpico, que destruíram cartazes e retiraram manifestantes dos locais de competição. Isso aconteceu através do respaldo da Lei Olímpica, assinada pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2016. A legislação estabelece que “são condições para acesso e permanência nos locais oficiais, entre outras [...] não utilizar bandeiras para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável”. Além disso, a lei estabelece que “é ressalvado o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana”.

No dia 7 de agosto de 2016, logo após os primeiros casos de expulsões de torcedores de estádios e de cartazes apreendidos, o site de notícias G1²⁸ abordou o assunto em reportagem com a seguinte foto e manchete:

²⁸ Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/08/rio-2016-diz-que-nao-vai-tolerar-cartazes-de-protestos-politicos.html>. Acessado em 07 de agosto de 2016.

Figura 3 – Manchete do site de notícias G1 sobre proibição de cartazes em estádios

Rio 2016 diz que não vai tolerar cartazes de protestos políticos

Lei olímpica estabelece conceito de 'arena limpa', diz Mário Andrada. Casos de torcedores retirados de estádios circularam por redes sociais.

Do G1 Rio



Já o site do jornal americano *The Washington Post*²⁹, destacava os seguintes dizeres para a mesma imagem:

Figura 4 – Manchete do site *The Washington Post* sobre proibição de cartazes

The Americas

Brazilian protesters censored at Olympics



A fan in the stands holds a sign that reads "Temer out" in Portuguese before a women's Olympic soccer match between Brazil and Sweden. The sign refers to interim President Michel Temer. (Leo Correa/AP)

Most Read

- 1 Trump proposes ideological test for Muslim immigrants and visitors to the U.S. 
- 2 He was one of the most respected intel officers of his generation. Now he's leading 'Lock her up' chants. 
- 3 Promises unfulfilled: How a State Department plan to stabilize Iraq broke apart 
- 4 The world might be about to find out whether a 'Nazi gold train' is really hidden in Poland 
- 5 Trump adviser Michael T. Flynn on his dinner with Putin and why Russia Today is just like CNN 

²⁹Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/brazilian-protesters-censored-at-olympics/2016/08/07/c8dfc014-5cca-11e6-84c1-6d27287896b5_story.html. Acessado em 07 de agosto de 2016.

A manchete do G1 destaca sentidos de proibição, pelo uso da expressão “não vai tolerar”, estabelecendo que a retirada de torcedores dos estádios é uma consequência da desobediência à lei olímpica, instituindo para o sujeito torcedor uma condição de infrator e que, como tal, será punido. Já a manchete do jornal americano *The Washington Post* traz uma mensagem que institui uma interpretação da expulsão dos estádios e da proibição de cartazes como censura. Enquanto o *site* brasileiro traz como voz de autoridade no seu texto o diretor de comunicações da Rio-2016, que afirma que os cartazes prejudicam a imagem dos jogos para os patrocinadores, o jornal americano trouxe o mesmo relato, mas o apresentou em embate com a voz de um advogado, que ressalta que essas proibições ferem a democracia, uma vez que a mesma lei olímpica garante liberdade de expressão e de manifestação.

Colocar um mesmo evento empírico (autoridades retirando manifestantes de estádios) como punição a infratores da lei ou como censura é colocar esse evento em embate com diferentes agenciamentos coletivos de enunciação. Através da materialidade desses textos, percebemos minimamente que tipos de forças políticas atravessam os jornais brasileiros, ao passo que a imprensa internacional, submetida a um menor grau de inscrição nesse embate, tem maior liberdade para instituir sentidos que não estão sujeitos à política brasileira.

Diante dessas considerações, queremos deixar como contribuição neste trabalho a noção de que pensar a notícia a partir da Análise do Discurso pode ajudar o profissional a, pelo menos, se dar conta das complexidades que envolvem a sua profissão. Não se pretende com os resultados desta pesquisa, no entanto, criar no jornalista uma ideia de que este deve, a cada pauta, mapear todos os agenciamentos a que se está submetido, até porque essa seria tarefa impossível. O que se pretende deixar como contribuição é que o profissional tenha uma tomada de consciência sobre a sua atuação (e a de tantos outros devires) na construção de sentidos, sobre a complexidade de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Talvez produzir uma boa reportagem vá além de apurar todos os fatos e ouvir todas as fontes, mas passe também pela noção de que há múltiplos embates sendo agenciados e que a materialidade do texto vai sempre requerer escolhas a serem feitas. E essas escolhas certamente não são naturais e automáticas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. M. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul, RS. *Anais...Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2010.*

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.195-196.

BAKHTIN, M. M. ([1952-53]1979). Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Traduzido por Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 1995, v.1.

_____. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 1995, v.2.

DEUSDARÁ, Bruno. Pragmática e discurso: a noção de texto em questão. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 9, n 2, p. 340-357, jul./dez. 2013.

LIMA, José Rosamilton de; SANTOS FILHO, Ivanaldo Oliveira dos. O jornal norte-americano: The New York Times. *Revista Eletrônica de Comunicação*, v.7, n.1, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

_____. *Gênese dos discursos*. Curitiba, Criar, 2005.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MOLINA, Matías. *Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional*. São Paulo: Globo, 2007.

NÓBREGA, Camila. O olhar da imprensa internacional sobre o impeachment no Brasil. *Carta Capital*, 28 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-olhar-da-imprensa-internacional-sobre-o-impeachment-no-brasil>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

ROCHA, D. O. S.; DEUSDARÁ, B. Vozes em embate na mídia de informação e produção da objetividade: polêmicas em torno da precarização do trabalho na escola. *DELTA* Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 27, p. 121-145, 2011.

_____. Poder e subjetividade: imagens da soberania e da liderança empresarial em um decreto presidencial. *Calidoscópico*, São Leopoldo, RS, v. 11, n. 2, p. 124-134, 2013.

ROCHA, D. O. S. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. *Gragoatá*, Niterói, v.21, p. 355-372, 2006.

_____. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.

ANEXO A - Pronunciamento oficial da presidente Dilma Rousseff

Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV

21 de junho de 2013

Minhas amigas e meus amigos,

Todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar.

Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas. Mas, se deixarmos que a violência nos faça perder o rumo, estaremos não apenas desperdiçando uma grande oportunidade histórica, como também correndo o risco de colocar muita coisa a perder.

Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia.

O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático. E também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Não foi fácil chegar onde chegamos, como também não é fácil chegar onde desejam muitos dos que foram às ruas. Só tornaremos isso realidade se fortalecermos a democracia – o poder cidadão e os poderes da República.

Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo, de propor e exigir mudanças, de lutar por mais qualidade de vida, de defender com paixão suas ideias e propostas, mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira.

O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático. Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil. Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo.

Com equilíbrio e serenidade, porém, com firmeza, vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos. Asseguro a vocês: vamos manter a ordem.

Brasileiras e brasileiros,

As manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional. Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças, mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira.

A minha geração lutou muito para que a voz das ruas fosse ouvida. Muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada, e ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros.

Sou a presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Todos me conhecem. Disso eu não abro mão.

Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar.

Irei conversar, nos próximos dias, com os chefes dos outros poderes para somarmos esforços. Vou convidar os governadores e os prefeitos das principais cidades do país para um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos.

O foco será: primeiro, a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS. Anuncio que vou receber os líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares. Precisamos de suas contribuições, reflexões e experiências, de sua energia e criatividade, de sua aposta no futuro e de sua capacidade de questionar erros do passado e do presente.

Brasileiras e brasileiros,

Precisamos oxigenar o nosso sistema político. Encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos malfeitos e, acima de tudo, mais permeáveis à influência da sociedade. É a cidadania, e não o poder econômico, quem deve ser ouvido em primeiro lugar.

Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes.

Precisamos muito, mas muito mesmo, de formas mais eficazes de combate à corrupção. A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, deve ser ampliada para todos os poderes da República e instâncias federativas. Ela é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público. Aliás, a melhor forma de combater a corrupção é com transparência e rigor.

Em relação à Copa, quero esclarecer que o dinheiro do governo federal, gasto com as arenas é fruto de financiamento que será devidamente pago pelas empresas e os governos que estão explorando estes estádios. Jamais permitiria que esses recursos saíssem do orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a Saúde e a Educação.

Na realidade, nós ampliamos bastante os gastos com Saúde e Educação, e vamos ampliar cada vez mais. Confio que o Congresso Nacional aprovará o projeto que apresentei para que todos os royalties do petróleo sejam gastos exclusivamente com a Educação.

Não posso deixar de mencionar um tema muito importante, que tem a ver com a nossa alma e o nosso jeito de ser. O Brasil, único país que participou de todas as Copas, cinco vezes campeão mundial, sempre foi muito bem recebido em toda parte. Precisamos dar aos nossos povos irmãos a mesma acolhida generosa que recebemos deles. Respeito, carinho e alegria, é assim que devemos tratar os nossos hóspedes. O futebol e o esporte são símbolos de paz e convivência pacífica entre os povos. O Brasil merece e vai fazer uma grande Copa.

Minhas amigas e meus amigos,

Eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram pacificamente às ruas: eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça.

Será sempre em paz, com liberdade e democracia que vamos continuar construindo juntos este nosso grande país.

Boa noite!

(Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/21/prd0710.pdf>>)

ANEXO B - Reportagem NY Times de 21 de junho de 2013

Brazil Tries to Calm Protester Concerns, Rebuking Violence
 By [SIMON ROMERO](#) and [WILLIAM NEUMAN](#) JUNE 21, 2013



Brazilian protests continued on Friday in Belo Horizonte, where plans to increase public transportation fares were the focus. Credit Nelson Almeida/Agence France-Presse — Getty Images

SÃO PAULO, Brazil — With cities across the nation heaving in the biggest protests in decades, President Dilma Rousseff of Brazil convened an emergency meeting of top aides on Friday and announced that she would pursue measures touching on some of the grievances stirring the unrest, including a national transportation overhaul and the use of all oil royalties for education.

But she has floated her ambitious proposal before — to use oil revenues to improve the beleaguered public schools — only to run up against stiff resistance from state governors who rely on the money to meet their budgets, leaving her ability to enact it in doubt.

Her pledge came as the government put forward other small measures as well, like injecting new money to bolster transportation and pledging to better scrutinize financial corruption within its ranks.

“Brazil fought a lot to become a democratic country, and it is fighting a lot to become a country that it is more just,” Ms. Rousseff said.

In a show of resolve, Ms. Rousseff and other authorities also lashed out at the growing violence among some of the protesters, denouncing recent attacks on government buildings, acknowledging their concerns about security ahead of a visit by the pope and, in at least one case, threatening to deploy the army to the streets if the demonstrations continued to intensify.

“I assure you, we will maintain order,” Ms. Rousseff said.

More than a million people protested in scores of cities across the country on Thursday night to excoriate the government on a broad array of issues, including political corruption, the high cost of living and the billions of dollars being devoted to building stadiums for the 2014 World Cup and the 2016 Olympics in a country where poverty is pervasive and public education is often in shambles.

But while most of the protesters have vented their frustrations peacefully — even joyfully at times, singing and celebrating what they call a mass awakening across the country — a violent subset has stormed public buildings, set fires and smashed storefronts, bus shelters, traffic lights and some A.T.M.’s.

In Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, the official in charge of security policies, said that if the unrest intensified, the army could be asked to increase patrols in various parts of the city to “protect the integrity of people and of public and private and public property.”

The concern over the violent turn among protesters was enough that Gilberto Carvalho, a top aide to Ms. Rousseff, acknowledged it could affect the visit of Pope Francis to Brazil, which is scheduled for July.

“We have a series of complications and concerns,” Mr. Carvalho told reporters in the capital, Brasília. “The situation is evolving so fast that we can’t predict what will happen.”

Protests continued to shake cities around Brazil on Friday. In São Paulo, the nation’s largest city, protesters blocked roads leading to the airport and thousands rallied at a downtown plaza to protest a measure backed by conservative legislators, known as the gay cure, that would allow psychologists to treat homosexuality as a form of mental illness.

The protests continued even though one of the main groups that had been behind the original demonstrations here said that it would not call for any more marches in São Paulo. The group indicated that it had won the concessions on bus fares it had demanded and that it was concerned that some members of allied groups, like left-wing political parties or social movements, had been singled out and beaten up at the demonstrations.

“We won the fight, so we are going to take time to think about what to do next,” said Rafael Siqueira, a member of the group, Passe Livre, which had pushed for the rollback of a bus fare increase.

In Ribeirão Preto, 1,000 people attended the funeral of Marcos Delefrate, an 18-year-old who died after being struck by a car on Thursday. Military police officers escorted the mourners, and the cavalry positioned itself in front of the cemetery.

The protests claimed a second victim on Friday, Cleonice Vieira, 51, a street cleaner in the city of Belém in the Amazon. Brazilian news organizations reported that she had died of a heart attack after a tear-gas canister exploded nearby.

As the protests continued, the national development bank, known as BNDES, announced that it had approved more than \$1 billion in loans to expand the metro system in São Paulo, the city where the bus fare increase set off the initial protests. And in Brasília, the Finance Ministry said it had created an inspector to review allegations of corruption, one of the main issues that has driven countless thousands to the streets in recent days.

But many protesters said the measures fell far short of what was needed.

“They have been promising lots of things for many years, but it doesn’t go beyond that,” said Jeniffer Novaez, 18, a physical therapist. “I don’t know if they understand what is really happening here, but it’s been many years and we are thirsty. We want everything, and we want it now.”

Another protester, Bruna Santana, 22, a student, said the government was not serious in its response. “They only want to shut us up,” she said.

Paula Ramón contributed reporting.

A version of this article appears in print on June 22, 2013, on page A7 of the New York edition with the headline: Brazil Seeks Answers to Protesters’ Concerns While Rebuking Some for Unrest. [Order Reprints](#) | [Today's Paper](#) | [Subscribe](#)

(Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/06/22/world/americas/sweeping-protests-in-brazil-pull-in-an-array-of-grievances.html?ref=world?register=google&_r=4>)

ANEXO C - Reportagem NY Times de 22 de junho de 2013

Despite Assurances by Brazil's President, Another Day of Demonstrations



Felipe Dana/Associated Press - Protesters march toward Mineirao stadium, before the start of the Confederations Cup soccer match in Belo Horizonte, Brazil.

By [WILLIAM NEUMAN](#) and [SIMON ROMERO](#)

SÃO PAULO, Brazil — Another round of demonstrations unfolded in cities throughout [Brazil](#) on Saturday, after many in the country's sweeping protest movement angrily dismissed an effort by [President Dilma Rousseff to address their broad demands](#).

The protests largely lacked the intensity of those in previous days, particularly Thursday, when more than [a million Brazilians took to the streets](#) to rail against the government on a range of issues. Protests were planned in more than 20 cities on Saturday, including São Paulo and Rio de Janeiro. In the far-flung city of Rio Branco in the Amazon, an estimated 15,000 people demonstrated without any reports of violence.

Demonstrations took place in two large cities hosting soccer games in the Confederations Cup, a major tournament under way here. In Salvador, the capital of Bahia State, the authorities said that about 2,500 people protested as the Brazilian national team played Italy. Reports said that organizers agreed to keep the march away from the stadium, but a small group of protesters approached the stadium and there was a confrontation with the police.

One of the biggest protests was in Belo Horizonte, where Mexico played against Japan. The police used tear gas to disperse a crowd estimated by the authorities at 70,000.

The police also were seeking suspects responsible for acts of violence and vandalism that have marred some of the demonstrations. And the television channel Globo showed video of recent protests in which they highlighted the faces of young men committing acts of vandalism, such as smashing automatic teller machines in a bank and knocking over a light pole.

Ms. Rousseff initially remained silent as the protest movement grew, although she publicly embraced the protesters' cause on Tuesday. Tens of thousands of people thronged the streets of São Paulo and other cities on Monday, and by Thursday more than a million demonstrators had turned out in dozens of cities.

In a speech on Friday night, Ms. Rousseff, a former guerrilla who fought the country's military dictatorship in the 1970s, praised the demonstrators for bringing a new energy to Brazilian politics and said repeatedly that she would listen to "the voice of the streets."

"If we can take advantage of the impulse of this new political energy," she said, "we can do many things better and faster that Brazil has not been able to do because of political or economic limitations."

But the proposals she offered in response to those voices were short on details, and included some programs for which she had been unable to garner support in the past.

Ms. Rousseff said she would create a national transportation plan to promote mass transit, dedicate oil revenues to education and bring in foreign doctors to bolster the nation's health care system.

Even as Ms. Rousseff's recorded message was broadcast on television, demonstrators marched, and many said they were unaware that the president was speaking to them.

"I don't believe in her promises," Sergio Mazzini, 65, said late Friday night during a protest in the São Paulo city center. "There have been too many promises for me to keep believing. We don't know where all this is leading, but they are trying to fool us. "They don't live our reality, so it's easy to talk about hospitals and schools when it's us who are suffering for lack of investment in priorities."

Felipe Possani, 20, an intern at a bank who was wearing a white mask in the style popularized by the hacker group Anonymous, had nothing but scorn. "She's a joke," he said. "She's just faking."

The protests were initially set off by demands for a rollback of transit fare increases, which officials in several cities agreed to last week. But citizens have also demanded action on an array of issues, calling for improvements in health care, public transit and education, lower taxes, gay rights and an end to corruption.

Another growing issue is a proposed constitutional amendment to limit the power of the Public Ministry, a body of independent public prosecutors.

Selena Mokdad, 19, a student, said she was deeply worried that the protest movement would lose its way by making too many diffuse demands, noting that there were no clear leaders to provide focus for the grievances.

"They're fighting for everything and nothing specific, so they're not going to change anything," Ms. Mokdad said.

And while many protesters angrily rejected Ms. Rousseff's proposals as empty promises, others said she should be given a chance. "It's a bit naïve to talk about Dilma all the time," Ms. Mokdad said, adding that Ms. Rousseff had inherited a country with deeply ingrained problems, like corruption. "She's not responsible for everything. She's like in the wrong place at the wrong time. I don't think the problem is her."

At the heart of the movement is a rejection of traditional politics in Brazil. Protesters have expressed deep cynicism toward the main political parties and their leaders.

Ms. Rousseff is expected to run for a second term next year, but a poll of protesters in São Paulo by Datafolha, a top research firm, found that only 10 percent said they would support her for re-election. Aécio Neves, a leader of the main opposition party, the Social Democrats, received just 5 percent support.

But 30 percent said they would support Joaquim Barbosa, the chief justice of the Supreme Court, who has won widespread admiration throughout Brazil for crusading against corruption and trying — so far, without success — to send political leaders convicted in a huge embezzlement and vote-buying scheme to jail.

Some prominent voices have also begun lashing back at aspects of the protest movement. The Rio de Janeiro newspaper O Globo published a scathing editorial on Saturday in which it questioned the protesters' repudiation of political parties.

"It is an illusion to think that in democracy political projects can be carried out on the margin of parties," O Globo said.

And Fernando Henrique Cardoso, who restructured the economy as president in the 1990s, warned that the protests could offer more jolts to political leaders.

“I have my doubts the parties are capable of capturing all this and at least transforming their message,” Mr. Cardoso said in an interview with the newspaper *Folha de São Paulo*.

Paula Ramón contributed reporting.

A version of this article appeared in print on June 23, 2013, on page A8 of the New York edition with the headline: Despite Assurances by Brazil's President, Protesters Stage Another Day of Demonstrations.

(Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/06/23/world/americas/despite-promises-by-brazils-president-protesters-plan-another-day-of-demonstrations.html?pagewanted=all&_r=0>)